

ERRO DE CÁLCULO A HISTÓRIA DO PROJETO DE CONSTRUÇÃO DE ZEPELINS PARA O TRANSPORTE, FINANCIADO PELO BNDES, QUE NUNCA SAIU DO PAPEL

LAWFARE A BRASILEIRA VANDA PIGNATO, EX-PRIMEIRA-DAMA DE EL SALVADOR, REMEMORA A PERSEGUIÇÃO JUDICIAL DA QUAL FOI VÍTIMA E BRINDA À LIBERDADE

CartaCapital

cartacapital.com.br

ANO XXI Nº 1423

R\$ 31,90

29 DE JULHO DE 2026



basset
editora



TERRAS-RARAS E SOBERANIA

LULA PROPÕE MAIOR CONTROLE DA EXPLORAÇÃO DE MINERAIS CRÍTICOS, MAS ENFRENTA RESISTÊNCIAS DENTRO E FORA DO GOVERNO



A força vem de dentro da Caixa. Os resultados aparecem Brasil afora!

A Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa (Fenae) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) apresentam a **edição 2026 do Caderno dos Estados**, com dados detalhados sobre a atuação da **Caixa Econômica Federal** em todas as regiões do Brasil em 2025, com base nas informações do Banco Central.

Em números, o banco responde por **22,1% das agências bancárias do país**, somando um total de **3.120 unidades** distribuídas por todas as regiões.

Dos **R\$ 6,1 trilhões** em operações de crédito ativos no Brasil, **23% pertencem à Caixa**. O banco **movimentou R\$ 1,4 trilhão** em diversos setores, contribuindo tanto para o desenvolvimento social quanto econômico dos brasileiros.

De acordo com o Banco Central, em 2025, **69,5% dos financiamentos imobiliários no Brasil foram realizados pela instituição**. Além disso, com investimentos de **R\$ 66 bilhões**, o banco foi responsável pela contratação de outras 386.971 unidades habitacionais no programa do governo federal **Minha Casa, Minha Vida**.

No programa **Bolsa Família**, o país registrou, em média, **19,7 milhões de famílias beneficiárias**, com valor médio de **R\$ 672,82 por mês**. Ao todo, foram pagos **R\$ 159,5 bilhões**.

Nos últimos 10 anos, o **FGTS executou R\$ 1,1 trilhão em obras de saneamento, habitação e infraestrutura** em todo o país.

Esse é apenas um pequeno recorte do trabalho sério que as mais de **84 mil empregadas e empregados da Caixa** realizam diariamente para transformar a realidade de milhões de pessoas.

A Caixa reafirma seu papel como agente fundamental na redução das desigualdades e na promoção do desenvolvimento do país.



@fenaefederacao



www.fenae.org.br



@contraf_cut



www.contrafcut.com.br

Acesse o
QR CODE e
confira a
publicação!





O Rio de Janeiro sai na frente e começa a cobrir cartazes publicitários de casas de apostas. Pág. 26

6 BRASILEIRA

8 A SEMANA

11 ALDO FORNAZIERI

Seu País

20 TRANSPORTE Com recursos do BNDES, projeto de zepelins de carga não sai do papel, uma década depois

22 TECNOLOGIA O Brasil está colonizado pelas *big techs*

25 PAULO ARTAXO

26 JOGATINA Estados e municípios lançam ofensiva contra as *bets*

28 CIÊNCIA Extremistas perseguem professor por causa do título de uma tese

30 SAÚDE O combate ao HIV está à míngua, mas sobra dinheiro para as guerras

Economia

32 TARIFAÇÃO Especialistas recomendam ao governo manter a negociação e não apelar à reciprocidade

35 ADALBERTO VIVIANI

36 MOBILIDADE SOCIAL O crescimento do PIB e do emprego repercute nas pesquisas eleitorais

38 RIQUEZA A finança abarrotou os plutocratas

Nosso Mundo

40 ENTREVISTA “Vale a pena lutar”, diz ex-primeira-dama de El Salvador

43 JAMIL CHADE

44 PERU Com apoio da mídia e dos EUA, Keiko Fujimori assume o poder

46 IRÃ A guerra se alastra pelo Golfo Pérsico e engole o comércio de petróleo



Plural

48 A RAÇA LEVADA À TELA

“METADE DO PAÍS SUPEROU AS REFERÊNCIAS COLONIZADAS E A OUTRA METADE ESTÁ LONGE DE SUPERAR”, DIZ JOEL ZITO ARAÚJO

52 IDEIAS Até onde vai o direito ao ódio? **54 LIVROS** A montanha como uma testemunha **56 RESENHA** A arte de inventar a vida **57 SAÚDE** Por Ligia Bahia **58 CHARGE** Por Venes Caitano

12

SOBERANIA EM JOGO

LULA PROPÕE MAIOR CONTROLE DA EXPLORAÇÃO DE TERRAS-RARAS, MAS ENFRENTA RESISTÊNCIAS DENTRO E FORA DO GOVERNO

Capa: Pilar Velloso e Redes Sociais

basset

editoria

EDITORA BASSET LTDA. Rua da Consolação, 881, 10º andar.
CEP 01301-000, São Paulo, SP. Telefone PABX (11) 3474-0150

DIRETOR DE OPERAÇÃO E NEGÓCIOS: Adalberto Viviani

DIRETORA FINANCEIRA E PESSOAS: Mara Lúcia da Silva

NOVOS PROJETOS: Demétrios Santos

GERENTE DE PROJETOS: Mariana de Mello

ANALISTA DE PROJETOS: Gabriela Gomes de Oliveira

GERENTE DE TECNOLOGIA: Anderson Sene

AGENTE DE BACK OFFICE: Verônica Melo

CONSULTOR DE LOGÍSTICA: Edicase Gestão de Negócios

EQUIPE ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA: Fabiana Lopes Santos,

Fábio André da Silva e Rita de Cássia Silva Paiva

REPRESENTANTES REGIONAIS DE PUBLICIDADE:

BSB/RJ: Hera Mídia – landra Siqueira, (61) 98322-9994 / (19) 99818-8958,

landrasiqueira@heramidia.com.br

BA/AL/PE/SE: Canal C Comunicação, (71) 3025-2670 – Carlos Chetto,

(71) 9617-6800 / Luiz Freire, (71) 9617-6815, canalc@canalc.com.br

CE/PI/MA/RN: AG Holanda Comunicação, (85) 3224-2267,

agholanda@agholanda.com.br

MG: Marco Aurélio Maia, (31) 99983-2987, marcoaureliomaia@gmail.com

OUTROS ESTADOS: comercial@cartacapital.com.br

ASSESSORIA CONTÁBIL, FISCAL E TRABALHISTA: Actual Consultoria S.S

Rua Amália de Noronha, 402, 2º andar, sala 02 – SP/SP – CEP 05410-010

www.actualsc.com, telefone (11) 3871-0506

CARTACAPITAL é uma publicação semanal da Editora Basset Ltda. CartaCapital não se responsabiliza pelos conceitos emitidos nos artigos assinados. As pessoas que não constarem do expediente não têm autorização para falar em nome de CartaCapital ou para retirar qualquer tipo de material se não possuírem em seu poder carta em papel timbrado assinada por qualquer pessoa que conste do expediente. Registro nº 179.584, de 23/8/94, modificado pelo registro nº 219.316, de 30/4/2002 no 1º Cartório, de acordo com a Lei de Imprensa.

IMPRESSÃO: Plural Indústria Gráfica – São Paulo - SP

DISTRIBUIÇÃO: S. Paulo Distribuição e Logística Ltda. (SPDL)

ASSINANTES: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos



A FRAUDE DA FRAUDE

Como convencer quem não quer ser convencido da verdade neste caso? É preciso coragem por parte das autoridades, algo que, até o momento, não se revelou. Entre os problemas causados pela falcatura nas Lojas Americanas está a perda de milhares de empregos. Os trabalhadores representam a ponta mais sensível dessa questão. Enquanto isso, os verdadeiros responsáveis pela maior fraude corporativa da história do Brasil seguem imunes, intocáveis. O crime de colarinho branco no Brasil está vivo. Aliás, nunca morreu.

José Carlos Gama

PRESENTE DE GREGO

É curioso ver o Congresso brincar de parlamentarismo sem assumir responsabilidade alguma.

Murilo Mazur

MAIS UMA NA CONTA DOS BOLSONARO

Os Estados Unidos não são os únicos parceiros comerciais do Brasil, assim como Donald Trump não será presidente para sempre.

Katia Arelhia

É hora de reagir. Vamos fortalecer as relações comerciais com outros países, buscar acordos justos e abrir novas oportunidades de negócios.

Célia Dantas

ATÉ ONDE TRUMP VAI?

A pergunta correta é: quem vai parar o Trump? Até porque o presi-

dente dos EUA já demonstrou que não possui autocontrole.

Adamilson Abreu

O Brasil mostra que é “livre e soberano” para decidir seu próprio futuro, tendo como prioridade única a independência do povo brasileiro, sem qualquer tipo de cabresto, subserviência ou manipulação política.

Luís Cabral

O tarifaço vai até quando os norte-americanos descobrirem que precisam tanto do Brasil quanto nós precisamos deles.

Vanuza Sousa

Estamos atuando de acordo com a autonomia que o Brasil merece. O próximo passo é deixar de comprar o que eles produzem e buscar outros parceiros comerciais. A Europa e a China estão interessadas.

Nelson Júnior

BLITZKRIEG REACIONÁRIA

O foco da Parada do Orgulho LGBT+ é garantir a igualdade de direitos. Algumas pessoas querem ensinar aos filhos, desde cedo, a importância de valores como a tolerância e o respeito. As crianças que participam do evento vão acompanhadas de seus pais.

Cláudio Zaro

Também vão proibir as crianças de irem às igrejas? Ou de conviverem com os próprios pais? Muitos casos de violência sexual contra menores ocorrem no ambiente familiar ou envolvem conhecidos em posição de confiança, incluindo líderes religiosos. Por que censurar a Parada LGBT?

Hevandro Silva

Se os pais podem levar crianças aos desfiles de Carnaval, não vejo por que deveriam ser impedidos de fazer o mesmo nas Paradas LGBT.

Elvira Queiroz

CENTRAL DE ATENDIMENTO

Fale Conosco: <http://Atendimento.CartaCapital.com.br>
De segunda a sexta, das 9 às 18 horas – exceto feriados

Edições anteriores: avulsas@cartacapital.com.br

CARTAS PARA ESTA SEÇÃO

E-mail: cartas@cartacapital.com.br, ou para a Rua da Consolação, 881, 10º andar, 01301-000, São Paulo, SP.
• Por motivo de espaço, as cartas são selecionadas e podem sofrer cortes. Outras comunicações para a redação devem ser remetidas pelo e-mail redacao@cartacapital.com.br

Brasileana

O casarão que ninguém via

Comprado sem projeto nem documentação, imóvel centenário de São Paulo guardava a assinatura ilustre de Ramos de Azevedo

POR CARLOS MINUANO

ALLAN RUIZ CAMINHA pela Rua Roberto Simonsen, no Centro de São Paulo, como quem anda dentro de um mapa. Empresário e, por conta própria, uma espécie de caçador de prédios perdidos, transformou a busca por imóveis históricos e ociosos em uma rotina: catalogou mais de 350 no centro paulistano nos últimos sete anos.

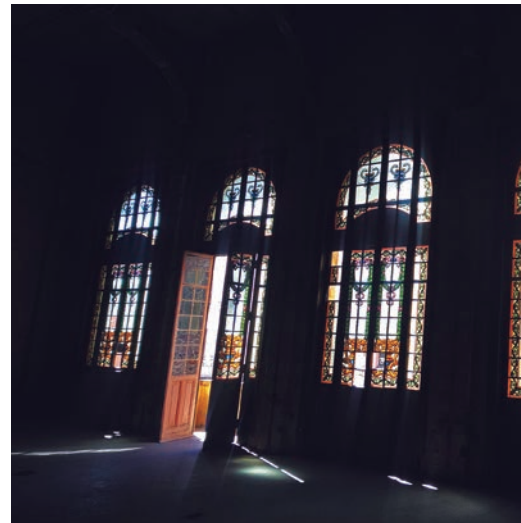
Acaba de comprar mais um no logradouro, o número 97, um casarão que, por décadas, quase ninguém pareceu notar, embora esteja cercado de museus e marcos da história paulistana. Na fachada, ainda se lê outra numeração: o 6 da antiga Rua do Carmo, uma das vias mais velhas da capital paulista, erguida sobre um caminho ainda mais antigo. “Era a passagem da Trilha do Peabiru”, diz Ruiz, referindo-se à rede de rotas indígenas que cruzava boa parte da América do Sul muito antes de qualquer europeu chegar aqui.

Quando fechou a compra, Ruiz não fazia ideia de quem havia projetado aquele prédio. Não havia planta, registro nem nome. Foi preciso seguir uma pista quase acidental, gravada, literalmente, na parede, para descobrir que o casarão carregava a assinatura de um dos arquitetos mais importantes da história de São Paulo. E não só a edificação: ao redor dela, a vizinhança inteira guarda pedaços dessa história.

O antigo solar foi comprado por Allan Ruiz, espécie de caçador de prédios perdidos

Na mesma rua ficam o Solar da Marquesa, a Casa da Imagem e o Pateo do Collegio. Em frente, o Museu das Favelas ocupa outro prédio antigo, um dos vários que dividem com o casarão de Ruiz um mesmo traço arquitetônico, algo que só mais tarde ele conseguiria explicar. Poucos metros adiante: Catedral da Sé, CCBB, Farol Santander, Edifício Martinelli, Mercado Municipal. “Num raio de 100 metros você tem mais de meia dúzia de equipamentos culturais”, diz ele. Foi essa vizinhança que decidiu o destino do imóvel: Ruiz quer transformá-lo em mais um espaço cultural.

A visita ao interior não segue roteiro. O empresário para diante de uma coluna, aponta uma janela, atravessa o pátio, sobe uma escada, interrompe a fala diante de uma parede onde antes havia uma porta. Ele conta que o prédio é mais do que um

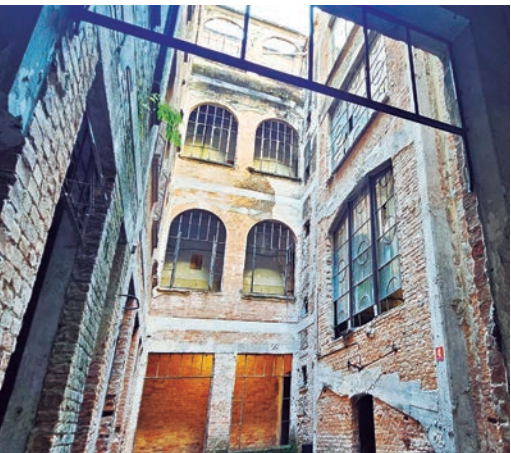
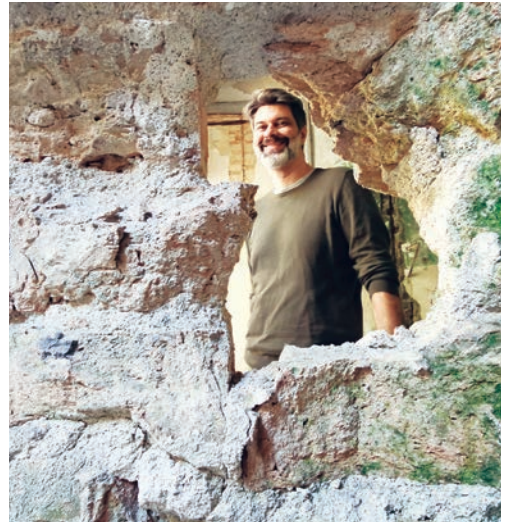


velho palacete: nasceu, em 1916, para abrigar duas instituições médicas, a Policlínica, de atendimento gratuito, e a Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, hoje Academia de Medicina. Duas casas foram demolidas para dar lugar a ele.

No pátio central, Ruiz aponta vigas e pilares à mostra. “A gente consegue ver todo o esqueleto”. É um dos primeiros prédios da cidade erguidos em concreto armado, tecnologia ainda nova na época, e é esse esqueleto que explica boa parte de sua sobrevivência. As janelas enormes e o pé-direito alto chamam atenção mesmo sem que se saiba ainda o motivo. Mais adiante, ele para diante de um trecho de alvenaria com tijolos antigos expostos. Passa a mão sobre um deles, quebrado, e mostra uma inscrição gravada na cerâmica. “Todos os tijolos têm a marca da olaria que os produziu.” Foi ali que começou a investigação que mudaria a história do prédio.

Sem documentação (o antigo dono não tinha os projetos, e o pedido andava devagar na Prefeitura), Ruiz fotografou a marca e pesquisou no celular. Caiu no projeto Tijoloteca, da pesquisadora Angélica Moreira, dedicado a catalogar tijolos históricos brasileiros. Após enviar o endereço do imóvel, recebeu uma resposta que quase o fez cair para trás: ela conhecia o prédio, e em 2009 havia sido contratada pa-

O palacete, vizinho de uma edificação assombrada pela Loira do Banheiro, abrigará exposições de arte em breve



ra mapear os edifícios que deram origem à medicina paulistana. “Esse imóvel era da Policlínica e foi projetado por Ramos de Azevedo”, disse a especialista.

A confirmação veio dias depois no Arquivo Histórico Municipal: desenhos assinados pelo próprio Ramos de Azevedo, memorial descritivo, documentação da aprovação, tudo surpreendentemente bem conservado. Foi ali que Ruiz entendeu, enfim, o porquê das janelas enormes e do pé-direito alto: no memorial, o arquiteto defendia ambientes amplos e ventilados como estratégia de assepsia. Bem antes dos recursos hospitalares modernos, a arquitetura tinha esse papel.

Diante de um dos vitrais coloridos, ele lembra da primeira vez que entrou ali,

Pesquisa histórica. Foi preciso seguir pistas encontradas nos tijolos da mansão para desvendar o mistério de sua origem

quando negociava outro imóvel e atravessou o casarão por acaso. “Subi ao salão no bre no fim da tarde, e a luz entrava alaranjada. Fiquei fascinado”, relata. Fechado por cerca de 85 anos, o prédio preservou quase tudo do original. Depois da compra, uma caminhada guiada reuniu mais de 500 pessoas. “As pessoas se interessam por patrimônio histórico, eu achava que não.”

No fim do passeio, cruza o saguão o artista plástico Alex Flemming, recém-chegado de Berlim. Encontrou o prédio pela internet e decidiu apresentar ali, pela primeira vez no Brasil, duas séries produzidas na Alemanha: “Retratos Invisíveis” e “Apocalipse”. A mostra será inaugurada em 9 de agosto, com entrada gratuita. Para ele, o próprio estado do edifício, antes da reforma, é que justifica a exposição. “Aqui também estou falando de Eros e Tântatos. Eros é esse vitral lindíssimo que restou. Tântatos é a ruína, os tijolos aparentes.”

A reportagem termina ao lado, em um almoço no restaurante Cama e Café, instalado em outro casarão da antiga Rua do Carmo, de 1870, hoje Ponto de Memória e Ponto de Cultura pelo Ministério da Cul-

tura. Entre um prato e outro, o responsável pelo espaço, Luiz Antônio Pereira, solta a informação de que ali viveu Maria Augusta Borges, a Loira do Banheiro.

Sim, a lenda que assombrou gerações de crianças em banheiros de escola e virou manchete de jornais, de repente aparece sobre a mesa, em nosso almoço, com nome, sobrenome e biografia. Filha do Visconde de Guaratinguetá, Maria Augusta casou-se ainda adolescente com o conselheiro Antônio Francisco Dutra Rodrigues, professor do Largo São Francisco e conselheiro de Dom Pedro II, trajetória reconstruída pelo historiador Diego Amaro no livro *A Loira do Banheiro: A Dama e o Conselheiro* (Ed. Viséu). Anos depois abandonou o casamento, mudou-se para o Rio e depois para a França, onde morreu em 1891.

A história ganhou vida própria depois de sua morte: a família vendeu a casa onde ela cresceu, ali se ergueu um colégio, e o banheiro feminino passou a ocupar o mesmo lugar do antigo quarto da jovem. Começaram os relatos de perfumes e torneiras que se abriam sozinhas. E a adolescente entediada de um casamento arranjado no século XIX virou uma das assombrações mais populares do imaginário brasileiro. “Aqui ela nunca apareceu”, diz o dono do restaurante, quase se desculpando por decepcionar. “Mas foi aqui que viveu.” •

A Semana

Tal pai, tal filho

A Federação Brasil da Esperança, formada por PT, PV e PCdoB, protocolou na quarta-feira 22 uma representação no Tribunal Superior Eleitoral contra o senador Flávio Bolsonaro (PL) por declarações falsas sobre as urnas eletrônicas. Repetindo a estratégia do pai, declarado inelegível por oito anos pelo mesmo motivo, o pré-candidato à Presidência afirmou, durante um evento com a presença de diplomatas, que o Brasil utiliza urnas fabricadas pela empresa venezuelana Smartmatic e citou um suposto relatório da CIA que apontaria envolvimento da companhia em fraudes nas eleições da Venezuela em 2012. A informação já foi desmentida pelo TSE, que esclarece não utilizar equipamentos da empresa. Na representação, os partidos pedem a aplicação de multa e alertam para a existência de um “movimento articulado de desinformação” contra a credibilidade da Justiça Eleitoral.

Segurança pública/ Inimigo íntimo

O número de homicídios recua, mas a violência doméstica bate novo recorde

A violência doméstica segue em trajetória preocupante no Brasil. A 20ª edição do *Anuário Brasileiro da Segurança Pública*, divulgada na quinta-feira 23, revela que os maus-tratos contra crianças e adolescentes cresceram 14,6% em 2025. Os pesquisadores do Fórum Brasileiro de Segurança Pública apontam um “profundo agravamento em praticamente todas as formas de violência analisadas” contra menores de idade.

O feminicídio continua em trajetória ascendente, com alta de 4%. Em 80% dos casos, os autores são namorados, maridos ou ex-companheiros das vítimas. Por outro lado, pela primeira vez desde a pandemia de Covid-19, houve queda de 5,4% nos registros de estupro. Os pesquisadores alertam, porém, que o recuo pode refletir subnotificação, e não uma redução efetiva da violência: os estupros de vulnerável ainda correspondem a 77% dos casos.

Em números absolutos, o País registrou

40.775 mortes violentas intencionais, uma redução de 8,2%. Na contramão desse indicador, a letalidade policial atingiu o maior patamar da série histórica, com 6.602 vítimas e alta de 5,4%. Na prática, um em cada seis assassinatos no Brasil é cometido por agentes do Estado.

Outro destaque do levantamento é a consolidação do estelionato como o principal crime contra o patrimônio. Foram 2.261.055 registros em 2025, um salto de 429,8% desde 2018, impulsionado pela migração dos golpes para o ambiente digital. O país registra, em média, 258 fraudes por hora. A impunidade é escandalosa: mais de 97% desses casos não chegam ao Poder Judiciário.

Os especialistas apontam uma transição no perfil da criminalidade no Brasil: enquanto os indicadores tradicionais de violência seguem em queda, novas modalidades de crime – especialmente ligadas ao ambiente digital, às economias ilícitas complexas e à vulnerabilidade social – ganham protagonismo.



Os feminicídios no Brasil aumentaram 4% em 2025. Oito em cada dez vítimas conheciam os seus algozes



Barretão, como era conhecido, produziu mais de 80 filmes

Memória/ Duas paixões

Luiz Carlos Barreto deixou sua marca no cinema e na política audiovisual

Decano dos produtores de cinema do Brasil, Luiz Carlos Barreto morreu na madrugada da quarta-feira, 22, aos 98 anos.

Nascido no município cearense de Sobral, em 1928, ele mudou-se ainda jovem para o Rio de Janeiro, onde se tornou fotógrafo da revista *O Cruzeiro* e passou a vida.

Foi pelas mãos de Glauber Rocha que Barreto chegou ao cinema. O diretor recomendou a Nelson Pereira dos Santos que o chamasse para fotografar *Vidas Secas* (1963) e, depois, convidou-o a assumir a fotografia de *Terra em Transe* (1967). Seria, porém, como produtor que ele se fixaria.

A L.C. Barreto, empresa que fundou com a mulher, Lucy Barreto, produziu mais de 80 filmes. Entre eles, está *Dona Flor e Seus Dois Maridos* (1976), de Bruno Barreto, seu filho. O título se manteve, por 34 anos, como a maior bilheteria do cinema brasileiro.

Embora tenha realizado muitos e variados filmes, talvez a marca mais forte deixada por ele tenha sido a da atuação política. Já nos anos 1970, no tempo da Embrafilme, ele inte-

grava uma associação de produtores e se articulava em torno da estatal. Após a extinção da estatal, assumiu a frente de ações, junto aos governos, para a reestruturação do setor. Dizia ter ajudado a escrever a Lei do Audiovisual e atribuía aos filmes dirigidos por seus filhos Fábio e Bruno os dois primeiros certificados de captação de recursos pelo mecanismo: *O Quatrilha* (1995) e *O Que É Isso, Companheiro?* (1997).

Nos anos 2000, produziu a cinebiografia *Lula, o Filho do Brasil* (2009), dirigida por Fábio. Em dezembro daquele ano, o filho sofreu um grave acidente de carro, passou quase dez anos em coma e morreu em 2019.

Até sofrer um acidente, em 2024, Barreto seguiu se posicionando diante dos embates políticos do cinema brasileiro. Durante algum tempo criticado por sua defesa de um cinema mais industrial, foi, conforme os anos passaram, ganhando um quê de unanimidade no setor. O produtor deixa a mulher, Lucy, com quem era casado desde 1954, os filhos Bruno e Paula – ambos profissionais de cinema –, nove netos e oito bisnetos.

Desprotegidos para o Super El Niño

Um estudo do Observatório do Clima, a partir do cruzamento de duas bases de dados do governo federal, revela que 1.594 municípios brasileiros – de um total de 5.570 – vivem hoje uma situação de dupla vulnerabilidade: climática e fiscal. Quase 30% das cidades brasileiras não estão preparadas para enfrentar os impactos das mudanças climáticas e tampouco dispõem de recursos para financiar obras e projetos de adaptação. A pesquisa inédita cruzou informações sobre riscos de deslizamentos e enxurradas, reunidas na plataforma AdaptaBrasil, mantida pelo Ministério do Meio Ambiente, com o indicador de Capacidade de Pagamento (Capag), que mede a situação fiscal dos municípios.

A Semana

A revolta das baratas

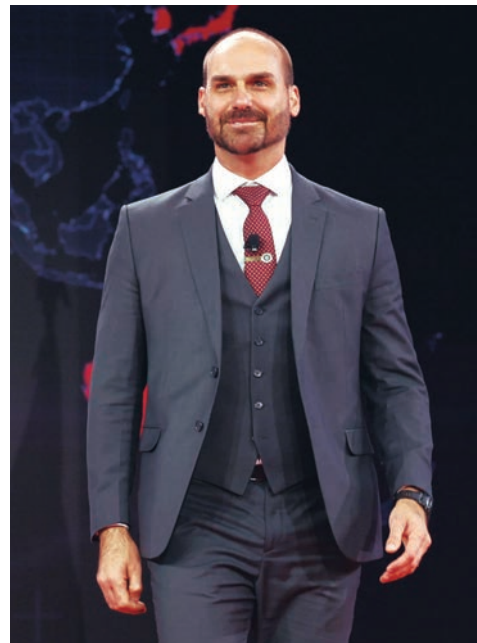
Dezenas de milhares de manifestantes marcharam pelas ruas de Nova Délhi, na segunda-feira 20, para exigir a renúncia do ministro da Educação da Índia, Dharmendra Pradhan, após o vazamento de um exame de admissão às faculdades de medicina, que obrigou mais de 2 milhões de candidatos a refazer a prova. Liderados por ativistas da geração Z, os protestos desafiaram a proibição imposta pelas autoridades e foram reprimidos com cassetetes e gás lacrimogêneo. A mobilização foi convocada pelo Cockroach Janta Party ("Partido Popular das Baratas", em tradução livre), criado após Surya Kant, presidente da Suprema Corte, chamar jovens militantes e desempregados de "baratas". Nascido como uma sátira, o grupo rapidamente se consolidou como um dos principais focos de oposição ao governo do *premier* Narendra Modi.

Carreira/ Chapeiro legalizado

Eduardo Bolsonaro recebe o *green card* nos EUA e perde emprego no Brasil

Quando Jair Bolsonaro assumiu a Presidência da República, em 2019, anunciou a intenção de nomear o filho Eduardo como embaixador do Brasil em Washington. Entre as credenciais apresentadas para o cargo, estava a experiência profissional anterior nos Estados Unidos – adquirida, curiosamente, como chapeiro em uma rede de *fast food*. Agora, Zero Três já não precisa se preocupar com visto para retomar o antigo ofício. Acaba de ser agraciado pelo governo de Donald Trump com o *green card*, documento que assegura a residência permanente no país.

A conquista vem a calhar por duas razões. A Polícia Federal acaba de concluir um processo disciplinar contra o ex-deputado federal e decidiu expulsá-lo da corporação por



O ex-deputado foi expulso da PF por abandono do cargo de escrivão

abandono de cargo. Além disso, o novo *status* migratório pode dificultar uma eventual extradição solicitada pelo Brasil. Condenado pelo Supremo Tribunal Federal, em junho, pelo crime de coação no curso do processo – justamente por conspirar com autoridades norte-americanas para impor sanções aos investigadores e julgadores de seu pai, condenado por tentativa de golpe de Estado –, Zero Três agora conta com a segurança de uma permanência regular nos Estados Unidos.



Burnham prometeu as "maiores mudanças dos últimos 40 anos"

Reino Unido/ "VIRADA DE CHAVE"

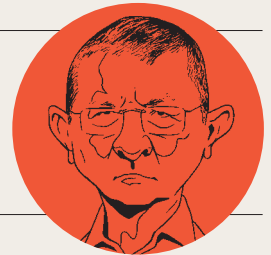
O NOVO PREMIER ACENA AOS ELEITORES TRABALHISTAS DESCONTENTES

Dois dias após assumir o governo britânico, o *premier* Andy Burnham anunciou a eliminação do imposto de 5% sobre as tarifas de eletricidade a partir de outubro e prometeu garantir moradia para todas as pessoas em situação de rua no Reino Unido, com um investimento adicional de 340 milhões de libras esterlinas (cerca de 2,3 bilhões de reais) em ações de assistên-

cia social nos próximos três anos. A desoneração das contas de luz terá impacto fiscal estimado em 850 milhões de libras (5,8 bilhões de reais).

Essas são as primeiras medidas de Burnham para reconquistar eleitores trabalhistas decepcionados com o governo de seu antecessor, Keir Starmer, que em 2024 encerrou 14 anos de governos conservadores. Em seu

discurso de posse, Burnham prometeu uma "virada de chave", como as "maiores mudanças dos últimos 40 anos". O desafio mais complexo será enfrentar os efeitos do Brexit, que reduziu o comércio exterior e afetou significativamente a produtividade do Reino Unido. Estudos estimam que a saída da União Europeia provocou uma perda de 6% a 8% do PIB britânico.

ALDO FORNAZIERICientista político e autor
de *Liderança e Poder*

O peso dos houthis

► **Com o bloqueio do Estreito de Bab al-Mandab, o grupo iemenita ganhou ainda mais relevância no tabuleiro geopolítico do Oriente Médio**

Antes do genocídio em Gaza, pouco se falava sobre os houthis na imprensa ocidental, de modo geral, e na brasileira, em particular. À época, eles dispararam mísseis e drones contra Israel e realizaram bloqueios no Mar Vermelho. Com a guerra no Irã, a mídia voltou a lembrar dos houthis, pois o grupo é aliado estratégico do país atacado por Washington e Tel Aviv.

Nos últimos dias, sua importância aumentou ainda mais, já que os houthis anunciaram o bloqueio do Estreito de Bab al-Mandab, que liga o Mar Vermelho ao Golfo de Áden. Trata-se de uma importante rota de escoamento de petróleo, principalmente para a Arábia Saudita. Com a guerra instaurada no Estreito de Ormuz, Bab al-Mandab assumiu uma relevância ainda maior.

Mas quem são os houthis? Conhecidos como *Ansar Allah* (“Apoiadores de Deus”), eles são rebeldes xiitas do movimento zaidita do Iêmen, que dominam a capital, Sana, e as províncias do norte do país. O nome do grupo é uma referência ao seu líder fundador e à sua família. Hussein Badreddin al-Houthi (1956–2004) foi um líder religioso, político e militar. Ele influenciou a insurgência contra o governo iemenita, aliado à Arábia Saudita, e contra os muçulmanos sunitas. Hussein integrava o par-

tido Al-Haq (“A Verdade”), atuou como parlamentar e exerceu grande influência sobre as tribos montanhosas do norte.

No contexto da Primavera Árabe, os houthis não aceitaram um acordo político com o governo e iniciaram uma luta armada em 2011. Três anos mais tarde, a guerra civil se intensificou, e o grupo tomou a capital e parte do território iemenita. A Arábia Saudita articulou uma coalizão de 15 países e promoveu uma intervenção em apoio ao governo sunita, que se deslocou para o interior e se estabeleceu na cidade de Áden, no sul do país.

Os xiitas zaiditas têm uma origem muito antiga. Seu nome deriva de Zaide ibne Ali, filho do quarto imã xiita, Zaide Alabidim, que se rebelou em Cufa, em 740, contra o poder dos Omíadas. O Califado Omíada foi o segundo dos quatro califados estabelecidos após a morte de Maomé.

Zaide considerava esse califado usurpador, mas sua rebelião tinha motivações sociais e religiosas. Para ele, era necessário se opor ao imã caso este não cumprisse os preceitos de um governo justo. Os zaiditas passaram a defender a legitimidade de pegar em armas contra gestões corruptas, o que os tornou um movimento perigoso aos olhos do poder constituído.

Apesar disso, os zaiditas são considerados moderados na jurisprudência e na política, sendo o grupo xiita mais próximo dos sunitas. Com a guerra civil no Iêmen, os conflitos geopolíticos do Oriente Médio e os interesses estratégicos em jogo, os houthis passaram a receber apoio do Irã. A aliança não tem fundamento teológico, mas político e militar: ambos têm como inimigos comuns os EUA, Israel e a Arábia Saudita.

Com a aliança, os houthis passaram a integrar o Eixo da Resistência, liderado

pelo Irã, a reunir diversos grupos, partidos e movimentos, a exemplo do Hamas, do Hezbollah, da Jihad Islâmica Palestina e das milícias xiitas do Iraque. Além de combater Israel, seu objetivo é enfrentar a influência militar, política e cultural de Washington na região.

Caso o conflito entre Irã e EUA escale, poderá se transformar em uma guerra regional de larga escala. O Eixo da Resistência expressa a capacidade de Teerã de levar o confronto a diferentes países. De fato, as tensões no Líbano, no Iêmen e em Gaza fazem parte de uma mesma guerra regional ampliada. Países produtores de petróleo que abrigam bases americanas também estão sendo atacados pelo Irã.

Vários analistas e estrategistas temem uma escalada para uma guerra regional abrangente, com consequências incalculáveis. Além de afetar os fluxos de petróleo, a oferta global de energia, o comércio, a aviação, a produção agrícola e industrial, as bolsas e o capital financeiro, o maior temor é que os EUA ou Israel recorram a armas nucleares.

Tanto Donald Trump quanto Benjamin Netanyahu já sinalizaram a possibilidade de uso dessas armas nos conflitos da região. Essa hipótese se torna cada vez mais assustadora à medida que Washington não encontra uma saída razoável para a guerra que criou, junto com Israel, sem justificativa.

Se os EUA desescalarem a guerra, sairão como perdedores. Se a escalarem, além de não terem perspectiva de uma vitória plausível, restará a loucura da destruição. É essa atitude de um presidente arbitrário, emocionalmente desequilibrado, e de um governo igualmente desequilibrado e desqualificado que assusta o mundo diante de uma terrível tragédia. •

alfornazieri@gmail.com

CONTRA O VIRA-LATISMO

LULA QUER O CONTROLE SOBRE MINERAIS CRÍTICOS, MAS ENFRENTA RESISTÊNCIA NO CONGRESSO, NO MERCADO E NO PRÓPRIO GOVERNO

por ANDRÉ BARROCAL

Geopolítica é a luta por poder e influência na qual as peças do xadrez são o território das nações e os recursos econômicos disponíveis. Desde o ano passado, o mundo assiste a uma disputa entre Estados Unidos e China nesse tabuleiro. Ao voltar à Casa Branca, Donald Trump não teve pudor em usar todas as ferramentas à mão. A guerra comercial via “tarifas” faz parte dessa ofensiva. Outra frente de batalha é a corrida por “minerais críticos”, substâncias que não são fáceis de encontrar na natureza e valiosas na área militar, em transição energética e na economia digital. O Brasil possui reservas generosas dessas substâncias, em especial de terras-raras, daí o presidente Lula estar empenhado no propósito de levar o País a aproveitar os recursos e se valer do jogo geopolítico para fortalecer a nossa posição global e apoiar a industrialização nacional. Segundo seus

auxiliares, o mercado dos minerais críticos não é tão grande, mas esse não é o aspecto mais relevante. O que conta são as oportunidades de poder. É a geopolítica.

Os planos lulistas incluem um conselho com amplos poderes ligado ao presidente para tomar decisões estratégicas, como homologar mudanças na composição societária das empresas. Interessa ainda o controle das exportações em nome da obtenção de tecnologia e da industrialização. Não à toa, essas ideias enfrentam resistência das mineradoras privadas, em intenso *lobby* no Senado contra as posições do Palácio do Planalto,

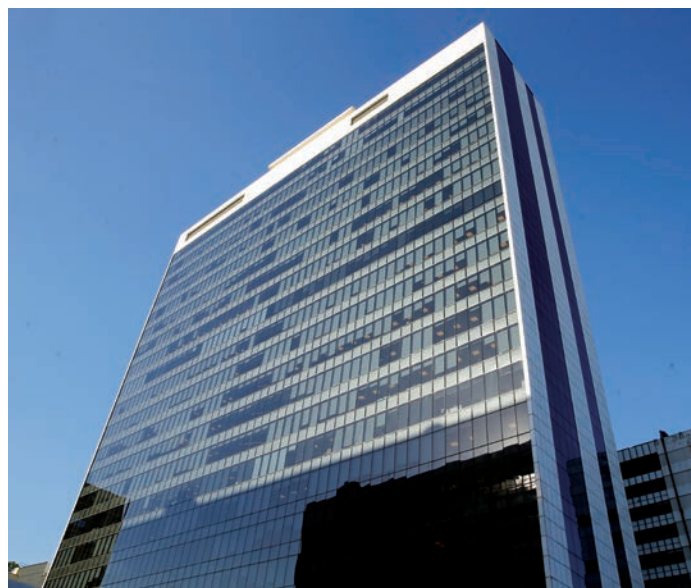
auxiliadas por um aliado no próprio governo, o ministro Alexandre Silveira, de Minas e Energia. Em uma ala governamental oposta a Silveira, há quem diga que os propósitos presidenciais têm tudo para funcionar como uma “virada de chave” em um quarto mandato de Lula e ditar o ritmo e a “cara” do capítulo final da vida política do petista.

Uma pista da “virada” é a presença do economista José Sergio Gabrielli em uma reunião no Palácio do Planalto em 10 de julho. Ex-presidente da Petrobras, Gabrielli é o coordenador do programa de governo do petista à reeleição. A reunião serviu para Lula ouvir acadêmicos e uma voz empresarial sobre minerais críticos, ele não queria mais se fiar só na burocracia governamental. O presidente saiu ainda mais convicto de seus planos. Ao encerrar o encontro, comentou: “As coisas vão andar nesse governo. Não será mais o mesmo debate. Hoje descobri o potencial que nós temos, inclusive o potencial de conhecimento”. Detalhe: após a aprovação

**A IDEIA É SE
INSPIRAR NOS EUA
E NA CHINA E TER
PODER DE DECISÃO
NO PROCESSO DE
EXPLORAÇÃO**



O presidente estuda a criação de um conselho para decidir inclusive a respeito das participações societárias na exploração de terras-raras. Trump e Xi seguem esse caminho. A Vale poderia operar?



REPORTAGEM DE CAPA

pelos deputados, em maio, do projeto que materializa seus objetivos, ele havia pedido à equipe que preparasse atos complementares à futura lei. Deseja assiná-los no dia da sanção. “Se o Trump está preocupado com a China, pode começar a ficar preocupado com o Brasil, que nós vamos ser detentores de fazer as mesmas coisas ou mais qualificadas que o chinês faz. Nós não queremos ser vendedores de matéria-prima. Nós queremos ser exportador de inteligência, de conhecimento. E é isso que a gente vai fazer com essas famosas terras tão raras”, declarou. Estiveram no encontro o geólogo Alexandre Magno Rocha da Rocha, do Instituto Federal do Rio Grande do Norte, o engenheiro metalurgista e professor da USP Fernando Landgraf, Giorgio Romano Schutte, professor e coordenador da pós-graduação em Relações Internacionais da UFABC, o engenheiro Giorgio de Tomi, da Escola Politécnica da USP, e Rafael Bittar, vice-presidente-executivo técnico da mineradora Vale. *CartaCapital* teve acesso às cinco apresentações e entrevistou três de seus autores: Rocha, Landgraf e Schutte.

Segundo Schutte, a mineração sempre foi objeto do colonialismo, basta lembrar a exploração de ouro e prata nas Américas por espanhóis e portugueses há vários séculos e a corrida por minerais industriais na África por outros europeus no século XIX. O que acontece hoje é um “neocolonialismo mineral” movido pela demanda crescente por minerais em transição energética, digitalização, inteligência artificial e defesa. A novidade é a disputa geopolítica nascida da ascensão econômica da China e do uso dos minerais críticos como arma de poder. Quem primeiro percebeu a inclinação, diz Schutte, foi o Japão. Em 2010, um barco pesqueiro chinês colidiu com a guarda costeira japonesa perto de ilhas reivindicadas pela China. O capitão do barco foi preso e, para conseguir a soltura, Pequim usou o controle das exporta-



ções de minerais críticos, embora negasse. O episódio levou o Japão a buscar reduzir a dependência de terras-raras fornecidas pelo vizinho. Era de 85%, agora é de 50%, afirma o acadêmico.

A China detém a maior reserva e é a maior produtora mundial de terras-raras, nome coletivo para um conjunto de 17 substâncias extraídas de rochas ou argilas. Do refino surge um pó, um óxido, misturado a metais para melhorar as propriedades deles, dando origem a ligas metálicas usadas para fabricar ímãs de alto desempenho empregados em baterias de carros elétricos, turbinas de geração eólica de energia e aviões de guerra. O domí-

nio do processo de refino e a enorme escala industrial de produção de ímãs dão poder à China. O gigante asiático tem condições de jogar o preço no chão e quebrar concorrentes. Ou então de fechar a torneira de fornecimento, como fez há 16 anos com o Japão e no ano passado com os EUA.

A encrência criada por Pequim para os norte-americanos foi uma resposta à guerra tarifária de Trump. A Casa Branca aceitou uma trégua após saber que empresas locais estavam com dificuldades para comprar ímãs e terras-raras. A reação da China desencadeou nos Estados Unidos a “política industrial interna mais ousada da história moderna”, segundo uma análise do CSIS, conhecido *think tank* de Washington sobre geopolítica. O Plano Vault, lançado por Trump em 2026 para conseguir fornecedores cativos de minerais críticos para os EUA, faz parte. Nas negociações com o governo Lula sobre o “tarifaço”, eis uma revelação recente, os EUA puseram na mesa a exigência de que o Brasil limitasse os negócios de estrangeiros com minerais críticos por parte de “atores não-orientados pelo mercado”, uma forma de referir-se à China. A compra em abril da mina goiana de Serra Verde, única de terras-raras fora da Ásia, por uma companhia norte-americana semiestatizada por Trump, a USA Rare Earth, é outro lance da “política industrial” de Washington.

**“É IMPORTANTE
PARA O PAÍS
AVANÇAR NESSA
CADEIA PRODUTIVA,
AGREGAR MAIS
VALOR”, DIZ
FERNANDO
LANDGRAF,
ENGENHEIRO
E PROFESSOR
DA USP**



Multinacionais avançam sobre as reservas brasileiras. Os carros elétricos são dependentes. Silveira joga no outro time. Chambriard não se convenceu, apesar do acordo com o BNDES de Mercadante



A aquisição teria de passar por aquele conselho de industrialização defendido por Lula, caso o colegiado existisse.

O geólogo Rocha participou das pesquisas que levaram à descoberta da mina de Serra Verde. Na reunião com Lula, enfatizou as relações internacionais por trás da mineração. Salientou que “o novo mapa geopolítico” é de risco geral, devido principalmente à concentração de terras-raras na China. Ao longo do atual mandato de Lula, a Casa Civil brasileira sondou sua equivalente chinesa sobre algum tipo de parceria e a resposta foi negativa, conforme uma fonte do governo. “A China não

tem interesse de implantar nada no Brasil, só quer pegar o minério *in natura* e levar para lá. E ela está dominando o mundo, os EUA estão na mão da China”, observa.

O complexo-industrial militar do Tio Sam sente o tranco. Um dos atingidos pela reação de Pequim ao tarifaço foi o caça F-35. A fabricação do avião precisa de quase meia tonelada de terras-raras, na forma de ímãs. A China também passou a restringir a exportação de tungstênio. O mineral é usado na indústria aeroespacial e na de defesa, por ser muito duro e resistente a altas temperaturas, por isso é listado nos EUA e na Europa como “crítico”.

Segundo Rocha, mísseis norte-americanos têm dificuldade para perfurar abrigos petrificados no Irã na guerra contra aquele país e uma solução é reforçá-los com tungstênio, mas a China fechou a torneira. O preço internacional do mineral está em patamares recordes, com aumentos que bateram em 900% em certos momentos dos últimos 12 meses. O Brasil tem tungstênio. A maior reserva fica no Rio Grande do Norte, fonte para tanques ianques na Segunda Guerra Mundial. As minas potiguaras foram abandonadas nos anos 1970 e voltaram a ser cobiçadas.

O Brasil tem reservas generosas de nióbio, grafite, urânio, mas o mineral crítico que mais desperta cobiça é o da moda. “O Brasil vai ser um celeiro de terras-raras, espero que refine também”, diz Magno. Há hoje no País seis projetos de exploração, todos liderados por empresas estrangeiras, quatro da Austrália, uma do Canadá e uma dos EUA. As reservas estão em quatro estados, Amazonas, Bahia, Goiás e Minas, e juntas totalizam 5 bilhões de toneladas, na soma das estimativas individuais feitas pelas empresas. Comparação: Serra Verde tem 350 milhões de toneladas. Os dois projetos mais avançados, com expectativa de operação em 2028, ficam na cidade mineira de Poços de Caldas. O primeiro, de propriedade da australiana Meteoric, tem 1,5 bilhão de toneladas e custa 450 milhões de dólares de investimento. O segundo, controlado pela também australiana Viridis, é de 350 milhões de dólares e 400 milhões de toneladas.

Ex-prefeito de Poços de Caldas, Paulo Tadeu comenta que a cidade “é um eldorado”. As duas minas à vista ocupam só um terço de uma área tida como um grande depósito mineral. Essa área é do tamanho de Nova York, 770 quilômetros quadrados. “É a maior concentração territorial de terras-raras do mundo”, informa Tadeu. Para ele, explorar essa riqueza é inevitável e interessa ao País fazê-lo de

REPORTAGEM DE CAPA

forma gradual e controlada, em nome da soberania nacional. O problema é o risco ambiental, daí a importância dos licenciamentos. Em regra, as licenças para minas são estaduais, o Ibama entra apenas se a mina atravessa mais de um estado, atinge área indígena ou impacta tema de competência federal, como a produção de material radioativo. Em Minas Gerais, as licenças prévias dadas a Meteoric e Viridis pelo governo de Romeu Zema, hoje presenciável, foram a toque de caixa, segundo o ex-prefeito, e desconsideraram os interesses da comunidade local.

Movimentos ambientalistas prepararam o documento “A mineração que queremos para o Brasil”, com propostas para uma atividade sustentável, e o entregaram à pré-campanha de Lula. Pretendem fazer chegar a todos os futuros candidatos. O documento aponta um paradoxo: o Brasil tem grandes reservas e produção de minérios, mas em volta das minas reina a pobreza. Isso porque as populações locais são pouco ouvidas e a taxa de atividade mineral é pequena, entre outras causas citadas. “O modelo mineral no Brasil é o da Lei Kandir”, afirma Lourival Andrade, ex-Coordenador Nacional Programas Desenvolvimento Sustentável na Mineração e um dos formuladores do documento. A “Lei Kandir”, de 1996, tirou o ICMS da exportação de produtos primários, como minério, um convite à primarização da economia e à não-industrialização.

O engenheiro Landgraf defende que o Brasil tenha ao menos uma fábrica de refino de terras-raras, para produzir óxidos, e uma de produção de ímãs a partir daqueles óxidos, como a China. Segundo ele, há só uma meia dúzia de refinadoras no Ocidente e centenas de empresas compradoras de ímãs. “É importante para o País avançar nessa cadeia produtiva, agregar mais valor”, diz, mesmo que o mercado não seja tão grande. Nas estimativas dele, o mercado de terras-raras no Brasil será de 200



O Senado trava a aprovação da lei do setor. Cesário, do Ibram, afirma que a exploração depende do capital estrangeiro



milhões de dólares anuais durante uma década. Uma fábrica de refino agregaria 380 milhões de dólares por ano e uma de ímã, mais 700 milhões. Ou seja, um ganho anual de 1 bilhão de dólares, ou 5 bilhões de reais, com a industrialização e a verticalização da cadeia.

Presidente de 2012 a 2018 do Instituto de Pesquisas Tecnológicas, o IPT, órgão do governo paulista, Landgraf comenta que o Brasil tem conhecimento para refinar, quatro laboratórios têm atualmente essa capacidade. Hidrometalurgia é o ramo da mineração encarregado dessa separação química. Carlos Morais é hidrometalurgista e participou do projeto que desembocou na mina de Serra Verde. No início

do projeto há mais de uma década, afirma, estava em fase avançada para tirar do papel o refino em escala industrial, quando uma ordem superior mandou abortar a missão. Interessava à empresa, que desde o começo nunca foi de brasileiros, apenas exportar terras-raras *in natura*. “O Brasil precisa envolver capital nacional na mineração e que esse capital seja ‘paciente’, o investimento vai dar retorno somente em uns 10 anos”, projeta Landgraf.

“A mineração depende fundamentalmente de financiamento estrangeiro”, avalia Pablo Cesário, presidente do Ibram, o instituto das mineradoras. Os motivos da dependência são o grande volume de capital requerido no início de um projeto, a fase de pesquisa geológica, o risco de não dar em nada e a demora para o retorno em caso de empreitadas bem-sucedidas. De cada mil ocorrências geológicas averiguadas, só uma vinga, e depois de 15 anos em média, conforme o Ibram. Por isso, a entidade é contra o “conselho de industrialização” nos moldes desejados por Lula e tem atuado no Senado para desidratá-lo. Para Cesário, os amplos poderes do colegiado vão afugentar investidores internacionais, e sem estes o setor mineral brasileiro não vive. O Brasil, registre-se, é o único entre as 15 maiores economias que não tem um comitê de triagem de investimentos externos com o olhar da soberania e da segurança nacional. Afugentar investidores, prossegue Cesário, também seria uma consequência do eventual con-

trole de exportações. Esse controle, vale destacar, tem sido visto mundo afora, em meio à geopolítica dos minerais críticos.

O ministro Silveira é um nacionalista na frente de Lula, mas sua equipe joga com o Ibram. Um episódio do início do ano é ilustrativo. Silveira comanda o Conselho Nacional de Política Mineral e no colegiado havia um grupo de trabalho para montar uma Estratégia Nacional de Minerais Críticos. O grupo era liderado pela Casa Civil de Lula. Quando as propostas foram apresentadas, Anderson Barreto, diretor de Transformação e Tecnologia Mineral da pasta de Silveira, tentou abortar a confecção da estratégia. Abriu-se uma crise entre as equipes. A encrenca chegou a Lula, marcou-se uma reunião em 27 de março. Na véspera, as propostas da Casa Civil vazaram em um site, carimbados de “pacote Maduro”, alusão ao ex-líder venezuelano. Obra do time de Silveira? O “pacote” havia ido parar nas mãos da ex-senadora Kátia Abreu, integrante desde janeiro da cúpula da mineradora canadense Sigma Lithium, dona da maior mina de lítio do Brasil. Ela ligou para alguém da Casa Civil para se queixar e consta que conseguiu tirar de cena um dos técnicos que participava das discussões.

O Ibram e o Ministério de Minas e Energia valem-se de outro órgão governamental para encorpar ideias que colidem com Lula. É o Centro de Tecnolo-

PARA PABLO CESÁRIO, PRESIDENTE DO INSTITUTO DAS MINERADORAS, A INTERFERÊNCIA ESTATAL ESPANTA INVESTIMENTOS

gia Mineral, do Ministério da Ciência e Tecnologia. O Cetem aceitou ser contratado pelo instituto das mineradoras para participar da elaboração de uma proposta de estruturação da cadeia produtiva. O documento aponta três fases e só fala em “soberania” na última, entre 2035 e 2050. O centro aceitou ainda ser contratado em um projeto do BID, Banco Interamericano de Desenvolvimento, sediado nos EUA, a ser apresentado ao ministério. Durante o trabalho, organizou oficinas de discussão na qual a maioria dos participantes discordou da criação do “conselho de industrialização”.

O Ibram prefere impulsionar o setor com uma arquitetura parecida com aquela existente no Canadá e na Austrália, potências do ramo. Ambos os países estimularam, via Bolsa de Valores, o investimen-

to em companhias juniores, aquelas que irão se aventurar na etapa mais arriscada, o da pesquisa mineral. As australianas em Poços de Caldas são empresas desse tipo. Como se trata de atividade de conhecimento muito específico, as normas na Austrália e no Canadá impõem que especialistas em geologia examinem os relatórios sobre as pesquisas e assumam a responsabilidade técnica das conclusões perante os investidores. A cada avanço bem-sucedido nas pesquisas, pode haver nova captação de recursos pelas juniores no mercado de capitais. No Canadá, há ainda um incentivo adicional ao financiamento dessas companhias. Os gastos durante as pesquisas podem ser abatidos do imposto de renda pelos investidores.

Na apresentação a Lula, Giorgio Tomi, da USP, defendeu que o modelo canadense poderia servir de inspiração ao Brasil, em especial por causa da necessidade de apoiar a fase mais arriscada da atividade mineral, das pesquisas geológicas. Mas caberia também a criação, anotou ele, de um “Fundo Brasileiro de Descobertas Minerais”, formado com verba pública, para apoiar o setor. Na lei aprovada pelos deputados e parada no Senado, há a instituição de um fundo de 2 bilhões de reais para servir de garantia a empréstimos à industrialização mineral e incentivos fiscais de 5 bilhões com a mesma finalidade.

No governo, há quem diga que, além desses instrumentos, seria importante contar com alguma empresa para atuar no mundo real. A Petrobras não quer, segundo relatos em Brasília, apesar de ter firmado um acordo com o BNDES sobre pesquisas de minerais críticos. Seria a Vale uma solução? Havia um representante da mineradora na reunião de 10 de julho com Lula. E o comando do conselho de administração da companhia, o órgão decisório máximo, terá agora um indicado da Previ, o fundo de pensão do Banco do Brasil. A conferir os próximos passos. •



A construção dos caças F-35, dos EUA, foi afetada pelo boicote chinês ao fornecimento

CALABAR REDIVIVO

NÃO É CERTO TRANSFORMAR CONFLITO
POLÍTICO EM CONSPIRAÇÃO

por JOSÉ GUIMARÃES*

Em momentos de qualquer ataque internacional, a primeira obrigação de lideranças políticas brasileiras é defender a soberania nacional. Divergências ideológicas, disputas eleitorais, são inerentes à política. O que não pode acontecer, e que fragiliza a democracia, é transformar conflitos políticos internos em conspiração contra o próprio país.

Ao longo da história, o Brasil foi vítima de traidores da pátria. O alagoano Domingos Fernandes Calabar é um dos mais conhecidos. Durante a invasão dos holandeses ao Nordeste, ele se juntou ao exército inimigo e lutou contra o próprio País, para favorecer o domínio e os negócios dos invasores. O coronel latifundiário e garimpeiro mineiro Joaquim Silvério dos Reis, conhecido como o delator da Inconfidência Mineira, pertenceu ao movimento pela independência e proclamação da República, liderado pelo alferes Tiradentes, mas o traiu em troca do perdão de uma fortuna em dívidas com a coroa portuguesa. O traidor foi responsável pe-

la prisão dos inconfidentes, pelo enforcamento e esquartejamento de Tiradentes.

A essa altura da nossa história, eis que surge do túmulo da ditadura militar a família Bolsonaro. Flávio, Eduardo e o neto do ditador João Figueiredo, Paulo Figueiredo, conspirando com o governo dos Estados Unidos contra nossa soberania, a fim de impor sanções a autoridades, instituições brasileiras e tarifas a nossas exportações, para tentar desestabilizar o governo do presidente Lula.

O comportamento da família Bolsonaro não é de oposição política, que respeita o diálogo e cultiva valores democráticos, mas de golpista, como demonstrou Jair Bolsonaro em 8 de janeiro de 2023.

**A OBRIGAÇÃO
DAS LIDERANÇAS
POLÍTICAS
É DEFENDER
A SOBERANIA**

Flávio se comporta como gerente de interesses econômicos estratégicos dos Estados Unidos, no Brasil. Para ele, não importa os danos devastadores à economia e às instituições nacionais. Para ele, não importa o desemprego de milhares de famílias brasileiras, sacrificadas pela gana por poder, a fim de defender os interesses dos norte-americanos no Brasil.

A cronologia dos fatos revela a militância dos falsos patriotas. Em fevereiro de 2025, Eduardo Bolsonaro e Paulo Figueiredo mantiveram encontros com representantes do governo de Donald Trump e defenderam sanções a autoridades brasileiras, especialmente a ministros do Supremo Tribunal Federal. Ao longo dos meses seguintes, diversas declarações públicas de integrantes da família Bolsonaro revelaram a estratégia de arregimentar apoio externo para influenciar a política interna no Brasil.

Após o anúncio das tarifas, em julho de 2025, integrantes do mesmo grupo político classificaram a medida como acertada. Em vez de condenar a decisão do governo dos Estados Unidos, que atingia diretamente empresas, exportadores, trabalhadoras e trabalhadores brasileiros, manifestaram apoio à decisão de Donald Trump de taxar os nossos produtos. No dia seguinte, Flávio Bolsonaro utilizou a comparação com o Japão, derrotado na Segunda Guerra Mundial, para defender que o Brasil deveria se render às pressões norte-americanas, tratando a disputa comercial como uma negociação entre vencedor e vencido. A metáfora foi interpretada por adversários como um sinal de resignação diante de medidas que afetavam a soberania econômica do País. Também foram registradas manifestações públicas nas quais Eduardo Bolsonaro afirmou trabalhar para dificultar iniciativas de diálogo entre representantes brasileiros e autoridades de Washington.

Posteriormente, em entrevista ao podcast Inteligência Ltda., ele e Paulo Figueiredo disseram que a imposição das



Flávio Bolsonaro, na pose de mordomo de Donald Trump, segue os passos de Domingos Calabar, o alagoano que se uniu aos invasores holandeses e se tornou símbolo do entreguismo



tarifas havia sido discutida previamente com integrantes do governo Trump antes do anúncio oficial.

As recentes declarações de Flávio Bolsonaro, atribuindo ao presidente Lula a responsabilidade pelo chamado “tarifaço”, imposto pelos Estados Unidos a pro-

dutores brasileiros, são mais um movimento traiçoeiro, desonesto, de quem está desesperado, tentando, com isso, uma narrativa para esconder os rastros da conspiração, da traição à pátria, e jogar um manto sobre o envolvimento dele com o escândalo do Banco Master.

Imagens e áudios, recém-publicados, revelam sua intimidade com Daniel Vorcaro e seus comparsas. Em junho de 2026, o Supremo Tribunal Federal indicou o ministro André Mendonça como o relator do processo que trata especificamente do repasse de 61 milhões de reais de Vorcaro para a produção do filme *Dark Horse*. Nas investigações, Flávio aparece pedindo dinheiro a Vorcaro. O temor é de que essa caixa de segredos pode revelar mais fatos comprometedores da íntima amizade do senador com o banqueiro. Ou seja, o pré-candidato à Presidência da República, investigado pelo envolvimento com o líder da facção que tramou o maior escândalo financeiro do País e também envolvido com integrantes do governo Donald Trump para articular sanções e tarifas contra o Brasil, se desespera e faz acusações levianas ao presidente Lula na tentativa de se desembaraçar do liame que ele mesmo criou. O impacto na campanha eleitoral pode desmanchar os arranjos de chapas regionais. Desembarques à vista.

Por mais que se esforcem na tentativa de construir narrativas enganosas, a verdade vencerá. Os lugares de Flávio e da família Bolsonaro estão reservados na história ao lado de Domingos Fernandes Calabar e Joaquim Silvério dos Reis como traidores da pátria, por tudo que fizeram e ainda fazem contra o Brasil.

A soberania não pertence a um governo nem a um partido. Ela pertence ao Estado brasileiro e à sociedade. O debate político é legítimo e indispensável, mas jamais deveria ultrapassar a linha que separa a disputa democrática da atuação que possa enfraquecer a capacidade do País de defender sua economia, suas instituições e seus cidadãos perante pressões externas. Nosso dever é defender o Brasil. •

**Advogado, deputado federal pelo PT/CE e ministro da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República.*



Poucos voos e
nenhum retorno

A ver balões

TRANSPORTE Projeto de zepelins que obteve 135 milhões de reais do BNDES não sai do papel, uma década depois

POR MAURÍCIO THUSWOHL

Em busca de soluções para o escoamento de produtos e a circulação de passageiros em áreas com problemas logísticos, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social decidiu apostar, em 2016, em um projeto de construção de zepelins. A Airship do Brasil, sediada no polo tecnológico paulista de São Carlos, prometia entregar 20 dirigíveis e conseguiu da instituição de fomento um aporte que chegaria a 135 milhões de reais com os aditivos. A promessa era tirar cerca de 40 caminhões por dia das estradas no trajeto entre o Centro-Oeste e o Porto de Santos ou centenas de barcos nas rotas fluviais da Amazônia.

REDES SOCIAIS



Com 140 metros de comprimento, projetado para voar a cerca de 500 metros de altura a uma velocidade de 120 quilômetros por hora, o modelo ADB-3-30 foi pensado para transportar até 30 toneladas. “A proposta é revolucionária”, resumiu o gerente de Logística do BNDES, Ronaldo Vianna, no dia da liberação do financiamento. Revolucionária, mas só no papel. Uma década e um único e modesto protótipo depois, o sonho da Airship desapareceu, porém, entre as nuvens. A única unidade acabaria desmontada.

Com o fracasso do projeto, os sócios da Airship sumiram do mapa. Embora mantenha páginas ativas em redes sociais como Facebook ou LinkedIn, o site da empresa está fora do ar e os números de telefone indicados são inexistentes. Talvez um dos motivos do atraso tenha sido a dificuldade em produzir os dirigíveis. Somente em dezembro de 2022, seis anos após o lançamento, a empresa recebeu da Agência Nacional de Aviação Civil o Certificado de Aeronavegabilidade Padrão que permitiu a entrada em operação de um modelo derivado do ADB-3-30, bem menor e com capacidade para transportar apenas uma tonelada. Em maio de 2024, o protótipo foi visto a sobrevoar o show da Madonna na Praia de Copacabana.

Por meio da assessoria, o BNDES informa que a Airship quitou todas as obrigações financeiras com a instituição e que a eventual continuidade do projeto ou a busca de parceiros é uma decisão exclusiva da empresa. “Ao longo da execução do projeto”, diz a nota, “verificou-se que seu desenvolvimento envolvia desafios tecnológicos e operacionais superiores ao originalmente estimado, demandando a revisão de seu cronograma e de sua estratégia de implementação”.

Diretor da Unidade Avançada José Veríssimo, da Universidade Federal Fluminense no Pará, o antropólogo Marcelino

Conti via com bons olhos o projeto, principalmente na Amazônia, não só pela maior velocidade dos dirigíveis em relação a caminhões e barcos. “Para quem defende a floresta em pé”, afirma, “o projeto seria importante por ter uma pegada ecológica quase nula. Estamos falando de um transporte de carga que não precisa rasgar a floresta como no caso do asfalto.” Também “fazia brilhar os olhos”, prossegue, a possibilidade de entrada em operação de uma aeronave que não precisa de pista de pouso e pode carregar cargas como medicamentos, geradores e vacinas, tão necessários às comunidades isoladas.

Os benefícios, entretanto, jamais saíram do terreno dos sonhos ou das boas intenções. Presidente da Federação das Comunidades Quilombolas do Pará, Deuza Mancio lembra que o protótipo desenvolvido pela Airship foi produzido, testado e apresentado a milhares de quilômetros da Amazônia, enquanto as comunidades que em tese poderiam ser beneficiadas nunca foram informadas sobre a proposta ou convidadas a participar de qualquer debate sobre o tema. “Não houve consulta nem reuniões, audiências ou qualquer processo de discussão nos territórios para entender as necessidades reais de quem enfrenta diariamente as dificuldades de transporte na Amazônia.” Se uma tecnologia como a prometida pelo projeto fosse implementada de forma séria e com diálogo, diz Mancio, traria benefícios importantes, principalmente às comunidades ribeirinhas em áreas de difícil acesso, ao facilitar o transporte da produção, reduzindo perdas e diminuindo custos logís-

ticos. “Mas isso exigiria planejamento, transparência e participação das comunidades tradicionais desde o início, o que não aconteceu. O que vimos foi um projeto apresentado longe da Amazônia que gerou expectativa em alguns setores, mas não chegou aos territórios quilombolas.”

A logística é um dos maiores desafios enfrentados pelas comunidades quilombolas e ribeirinhas do Pará. “A dependência dos rios e das estradas em condições precárias aumenta o tempo de transporte e os custos, dificulta o acesso aos mercados e reduz a competitividade da produção.” Em muitos casos, conta a líder quilombola, produtos perecíveis perdem qualidade durante o deslocamento. “Há atraso nas entregas e os produtores acabam vendendo por preços menores aos atravessadores. Isso impacta diretamente a geração de renda e o desenvolvimento econômico das comunidades.”

Diante do fim do projeto, Conti sugere alternativas, entre elas a eletrificação do transporte fluvial. “Em vez de inventar um transporte aéreo complexo, o caminho mais barato seria financiar a conversão dos motores a diesel, principalmente nos barcos de passageiros, em elétricos ou híbridos alimentados com energia solar. Gastaria menos combustível e poluiria menos, além de acabar com aquele barulho ensurdecedor de motores e com os vazamentos de óleo.” O antropólogo elenca outras soluções possíveis, como os drones cargueiros, utilizados em fazendas no Pará, ou os aviões elétricos de pequeno porte. “É preciso desenvolver pequenos aviões que possam levar até 20 passageiros e apoiar a instalação de pontos de recarga com energia solar, com um custo de operação muito menor do que na aviação com queima de querosene. O futuro sustentável e barato das comunidades da Amazônia não vai passar por essas tecnologias exóticas e gigantescas.” •

**A Airship
construiu apenas
um protótipo**

Neoimperialismo tecnológico

ENTREVISTA “O Estado brasileiro está colonizado pelas *big techs*”, alerta o juiz José Eduardo Chaves Júnior

A FABIOLA MENDONÇA

Se no século XX o petróleo simbolizava riqueza e poder geopolítico, hoje esse papel cabe aos dados. As maiores fortunas e parcela expressiva da influência econômica e política concentram-se nas *big techs* e nas empresas que lideram a corrida pela Inteligência Artificial, detentoras de um volume sem precedentes de informações sobre governos, organizações e cidadãos. Nesse contexto, o Brasil ocupa a 48ª posição entre 86 países em um ranking elaborado pelos BRICS que mede o grau de autonomia tecnológica das nações.

Na entrevista a seguir, José Eduardo Chaves Júnior, pesquisador da UFMG e integrante da Associação Juízes para a Democracia, analisa os desafios da concentração de informações nas mãos de um pequeno grupo de empresas, discute os impactos desse modelo para a soberania nacional e alerta para um novo movimento das gigantes da IA: a crescente aproximação com a indústria bélica. O magistrado examina ainda como essas mudanças vêm redesenhando o campo do Direito.

Carta Capital: No meio acadêmico, muito se fala em economia dos dados e soberania digital. Na prática, do que estamos falando?

José Eduardo Chaves Júnior: A Oracle elaborou um levantamento sobre os 500 maiores ativos das Bolsas norte-americanas, o SP500, que identifica os “500 donos do mundo”. Em 1975, apenas 17% dessa riqueza estava concentrada em bens intangíveis, como marcas e patentes. Os outros 83% correspondiam a bens físicos: máquinas, fábricas, imóveis e estoques. Em 2019, antes da pandemia, esse quadro havia se invertido: 84% do patrimônio dessas empresas já era formado por ativos intangíveis, sobretudo algoritmos e dados. Hoje, esse percentual chega a 92%. Não por acaso, costuma-se dizer que a informação é o “novo petróleo”: se o recurso estratégico do século XX foi o “ouro negro”, no século XXI esse papel passou a ser desempenhado pelos dados.

CC: O que isso representa do ponto de vista geopolítico?

JECJ: Quando falamos em soberania digital, não estamos tratando apenas do controle de dados, mas também da proteção de valores e da nossa cultura. O conhecimento dessas informações,

Soberania em xeque. O Ministério da Educação possui contratos com a Palantir, que presta serviços ao Departamento de Defesa dos EUA. “É escandaloso”, avalia





aliado ao enorme poder das *big techs*, permite influenciar comportamentos, moldar padrões culturais e alterar as relações de poder político. Sem autonomia nessa área, corremos o risco de ver a cultura dominante – hoje, a norte-americana – se impor sobre as demais. Trata-se de uma questão central para a soberania dos países. Há ainda uma dimensão militar que precisa ser considerada. O mercado financeiro investiu trilhões de dólares em IA, mas os retornos ficaram abaixo das expectativas. Nesse contexto, a tecnologia migra estrategicamente para o setor de defesa, sobretudo para o complexo industrial-militar dos EUA, cuja capacidade de investimento é praticamente ilimitada.

CC: É mais lucrativo colocar a IA a serviço da guerra?

JECJ: Exato. As grandes empresas de Inteligência Artificial firmaram contratos com o Departamento de Defesa dos EUA, direcionando essa tecnologia para aplicações militares, como ataques com drones e sistemas de planejamento estratégico voltados à obtenção de superioridade no campo de batalha. OpenAI, Google e Anthropic desenvolveram os chamados modelos fundacionais de linguagem. A Palantir vai além: cria aplicações específicas para uso militar pelo governo norte-americano. Na prática, não se trata apenas de defesa, mas também de ataque. A empresa mantém contratos bilionários com Washing-

“Hoje, a informação exerce o **mesmo papel geopolítico** que o **petróleo** teve no século XX”, diz o magistrado e pesquisador da UFMG

ton e, infelizmente, também tem alguns firmados com o Ministério da Educação brasileiro. Essas companhias vêm se beneficiando do avanço da extrema-direita em diversas partes do mundo.

CC: E as consequências disso?

JECJ: Aumento da concentração de riqueza e renda. A internet era vista como uma ferramenta de democratização do conhecimento e se transformou no oposto. Com a popularização da IA, essa tendência deve se intensificar. Com o mundo digitalizado, as redes sociais e a extração massiva de dados, o volume de informações se tornou tão absurdo que os seres humanos já não conseguem processá-lo. A partir do *Big Data*, emergiu essa nova inteligência que estamos tendo contato agora, com os *transformers*, com o ChatGPT. Essa transição econômica dos bens tangíveis para os intangíveis se acentuou ainda mais com o avanço da IA. Uma coisa acelera a outra, e vira essa bola de neve. Precisamos ter clareza de que vivemos, hoje, no mundo dos dados.

CC: Como estão o Brasil nesse cenário?

JECJ: Temos grande potencial, porque contamos com muitas empresas estatais e centros universitários de dados. O algoritmo que deu uma alavancada no Google, por exemplo, foi desenvolvido, nos anos 1990, na UFMG. Belo Horizonte é um dos poucos lugares do mundo onde a *big tech* mantém um centro de de-

envolvimento. Temos grandes pesquisadores, mas não vemos isso se traduzir em propostas de soberania digital.

CC: O Brasil figura entre os países com menor autonomia tecnológica naquele ranking elaborado pelos BRICS. O que isso significa?

JECJ: O Estado brasileiro, em todas as suas dimensões – Judiciário, Executivo e Legislativo – está absolutamente colonizado pelas *big techs*. Isso explica o nível tão baixo de soberania digital. O Ministério da Educação fez um contrato com a Palantir, uma empresa tão abjeta que deveria ter sido descartada. Não sei em quais termos ele foi firmado, mas sei que qualquer tipo de atuação dela prevê o processamento dos dados da educação brasileira. São dados hipersensíveis, e a empresa é norte-americana.

CC: Qual é o impacto dessas tecnologias no Direito, na atuação do Judiciário, no julgamento dos processos?

JECJ: Quando foi implantado o processo eletrônico no Brasil, o Tribunal de Justiça de São Paulo, o maior do

“A tecnologia não é boa nem má, tampouco neutra. Ela tem donos”, observa o juiz

mundo em número de processos, firmou um contrato com a Microsoft. O Conselho Nacional de Justiça impugnou esse convênio. Imagine um acordo como esse, renovável a cada dois ou três anos, sendo rompido e o sistema saindo do ar. Seria o caos. E isso não é nada diante do que vemos agora. Estamos num momento em que tanto a advocacia quanto o Judiciário recorrem à IA. Precisamos escapar da tecnofobia, porque ela nos impede de avançar, só nos deixará mais dependentes e colonizados, mas também devemos ter uma visão crítica: a tecnologia não é boa nem

má, tampouco neutra. Ela tem donos. Precisamos fazer com que ela se volte para a maioria, para os menos favorecidos. A luta é contra o poder dominante dos intangíveis. Temos cerca de 80 milhões de processos no Judiciário brasileiro, e é humanamente impossível dar conta desse volume.

CC: E como enfrentar os casos de *prompt injection*, um comando oculto nas peças processuais para induzir a IA dos tribunais a dar sentenças favoráveis?

JECJ: No *prompt injection*, o juiz não enxerga o comando oculto porque ele está grafado em branco, na mesma cor do arquivo. Hoje, no entanto, os sistemas já percebem esse tipo de manipulação, o que tende a dissuadir os advogados de recorrerem a esse expediente. Quem age de má-fé precisa ser punido com rigor, até porque isso pode configurar crime de falsidade ideológica.

CC: Há também casos de petições redigidas por IA, com jurisprudências falsas, citando decisões de Cortes superiores que não existiram.

JECJ: Isso não é necessariamente má-fé do advogado ou do juiz, é mais um desleixo. A IA funciona com base em estatística e tende a simular. Ela identifica uma tendência de julgamento e produz um parecer com todas as características de autenticidade: número do processo, página, data. Ninguém consegue saber, de imediato, se aquilo é falso ou verdadeiro. Hoje, isso já não é tão comum, mas, no começo, pegou muitos desavisados.

CC: Quais os desafios diante desse cenário?

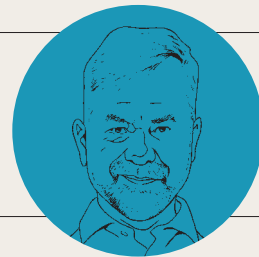
JECJ: Do ponto de vista legislativo, é muito fácil: basta fazer lei. Nem é preciso desenvolver tecnologia. Basta criar uma proteção, uma armadura jurídica capaz de proteger o cidadão brasileiro e a nossa cultura. A partir daí, tem a estruturação de toda a pesquisa e do consórcio que precisa haver entre o Estado, as universidades e as empresas estatais para desenvolver a nossa soberania digital. •



Negócios. Para as empresas de IA, é mais lucrativo atuar no complexo industrial-militar

PAULO ARTAXO

Cientista e diretor do Centro de Estudos Amazônia Sustentável da Universidade de São Paulo (CEAS-USP)



Safra em risco

► Ainda negligenciadas pelo País, as mudanças climáticas comprometem a produtividade da agropecuária brasileira

O Brasil tem vulnerabilidades importantes diante das mudanças climáticas, que precisam ser enfrentadas com urgência. Uma das principais é o impacto sobre a agropecuária, setor que responde por parcela significativa do Produto Interno Bruto (PIB), das exportações e da geração de empregos. Apesar de sua relevância, a forte dependência da economia nacional da produção agropecuária torna o País especialmente sensível aos eventos climáticos extremos. É preciso repensar esse modelo de desenvolvimento, pois uma economia excessivamente dependente do campo pode enfrentar dificuldades crescentes nas próximas décadas.

Secas prolongadas, ondas de calor, chuvas intensas e enchentes tornaram-se mais frequentes, comprometendo as safras, reduzindo a produtividade e elevando os custos de produção. Esses fenômenos afetam diretamente culturas como soja, milho, arroz, feijão, café e cana-de-açúcar, bem como a pecuária. O problema não se restringe ao período do El Niño: as projeções indicam que o Centro-Oeste e o Nordeste tendem a se tornar mais quentes e secos, com redução das chuvas e maior irregularidade no regime de precipitação. Por outro lado, haverá mais chuvas no Sul do Brasil, com aumento de extremos climáticos.

A agricultura depende não apenas da

quantidade de chuva, mas também de sua distribuição ao longo do ciclo produtivo. A escassez hídrica reduz a umidade do solo e limita a absorção de nutrientes, além de comprometer fases críticas do desenvolvimento das plantas, como germinação, florescimento e enchimento dos grãos. Já o excesso de chuvas provoca erosão, dificulta o plantio e a colheita, favorece a proliferação de pragas e doenças e reduz a fertilidade dos solos.

As ondas de calor agravam ainda mais esse cenário. Temperaturas acima do ideal aceleram a evaporação da água do solo, aumentam a transpiração das plantas e intensificam o estresse hídrico. No café, o calor durante a floração pode provocar abortamento das flores e reduzir a formação de frutos. Na soja e no milho, temperaturas elevadas na fase reprodutiva prejudicam a polinização e a formação dos grãos, reduzindo significativamente a produtividade. Os impactos também atingem a pecuária. O estresse térmico reduz o ganho de peso dos animais, diminui a produção de leite, compromete a reprodução e degrada as pastagens durante os períodos de seca, elevando os custos de produção.

Diante desse cenário, a adaptação tornou-se indispensável. A Embrapa, principal instituição de pesquisa agropecuária do país, desempenha um papel estratégico no desenvolvimento de cultivares mais resistentes ao calor e às secas, na ampliação de sistemas de irrigação eficientes, na recuperação de áreas degradadas e na integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF). Programas como a Agricultura de Baixo Carbono (ABC) contribuem para reduzir as emissões e aumentar a resiliência do setor. No entanto, a instituição enfrenta limitações decorrentes da redução

dos investimentos públicos e privados.

Dentre as medidas de adaptação, há necessidade de políticas públicas que fomentem a transformação do modelo de produção, a conservação e a recuperação de solos, a agricultura regenerativa e a diversificação da produção – por meio, por exemplo, da expansão da prática de integração lavoura-pecuária-floresta. Esta mudança também pode aumentar o uso de bioinsumos e reduzir as emissões de gases de efeito estufa.

A expansão da agricultura irrigada pode ser uma das estratégias de adaptação às mudanças climáticas. Com o aumento da frequência das secas e da irregularidade das chuvas, a irrigação deixa de ser apenas um instrumento para elevar a produtividade e passa a ser um mecanismo de redução de risco climático. No entanto, esse avanço precisa ocorrer de forma planejada, priorizando tecnologias de alta eficiência no uso da água, o monitoramento climático e a gestão integrada dos recursos hídricos, evitando conflitos com o abastecimento urbano e com a conservação dos ecossistemas.

As mudanças climáticas deixaram de ser um risco futuro para se tornarem um fator estruturante da economia brasileira. A capacidade de adaptação do setor agropecuario será decisiva para preservar a produtividade, garantir a segurança alimentar e manter a competitividade do Brasil no mercado internacional. Para isso, será indispensável ampliar os investimentos em pesquisa, inovação, infraestrutura, agricultura de precisão e políticas públicas voltadas à sustentabilidade. O futuro da agropecuária brasileira dependerá, em grande medida, da rapidez e da eficácia com que essas medidas forem implementadas. •

redacao@cartacapital.com.br

Limites à farra

JOGO Enquanto o governo federal tarda em regular, estados e municípios lançam ofensiva contra a publicidade de *bets*

POR MARIANA SERAFINI

Os brasileiros gastaram 992,1 milhões de reais em apostas esportivas durante a Copa do Mundo, segundo o Placar das Bets, desenvolvido pela Klavi, primeira plataforma de Open Finance do País. Diante do bombardeio de publicidade durante as transmissões das partidas, incluindo dicas de apostas com cotações mais atrativas feitas por comentaristas esportivos, a cifra quase bilionária não causa espanto. Tampouco surpreende a reação tardia das autoridades, que agora tentam impor algum freio à jogatina desenfreada, responsável por graves prejuízos à economia e à saúde pública.

Na última semana do torneio, três capitais (Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Aracaju), além do Rio Grande do Sul, proibiram ou restringiram a publicidade de *bets* em mobiliário urbano e em eventos patrocinados pelo Poder Público. O Ministério da Fazenda, por sua vez, publicou uma portaria obrigando as casas de apostas *online* a exibir alertas aos usuários de que a “fezinha” pode gerar dependência, causar prejuízos e não deve ser encarada como forma de investimento. A iniciativa tem, porém, alcance tão limitado quanto as advertências sobre os malefícios do cigarro estampadas nos maços.

O Rio de Janeiro saiu na frente e, na segunda-feira 13, proibiu a publicidade

de casas de apostas em espaços públicos. Segundo o prefeito Eduardo Cavaliere (PSD), a atuação das *bets* é “uma praga que assola as famílias cariocas e brasileiras”. No dia seguinte, Belo Horizonte adotou a mesma medida. “Não podemos, como gestores, virar as costas e achar que não temos nada a ver com isso”, afirmou o prefeito Álvaro Damião (União Brasil). Segundo ele, banir as *bets* não é atribuição constitucional do município, mas restringir sua publicidade é “um dever cívico e moral”. Na sequência, a prefeita de Aracaju, Emília Corrêa (Republicanos), também vetou propagandas da jogatina na capital sergipana.

Logo em seguida, os prefeitos de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), e de Cuiabá, Abílio Brunini (PL), anunciaram a intenção de seguir o mesmo caminho. Na capital paulista, Nunes aguarda a aprova-

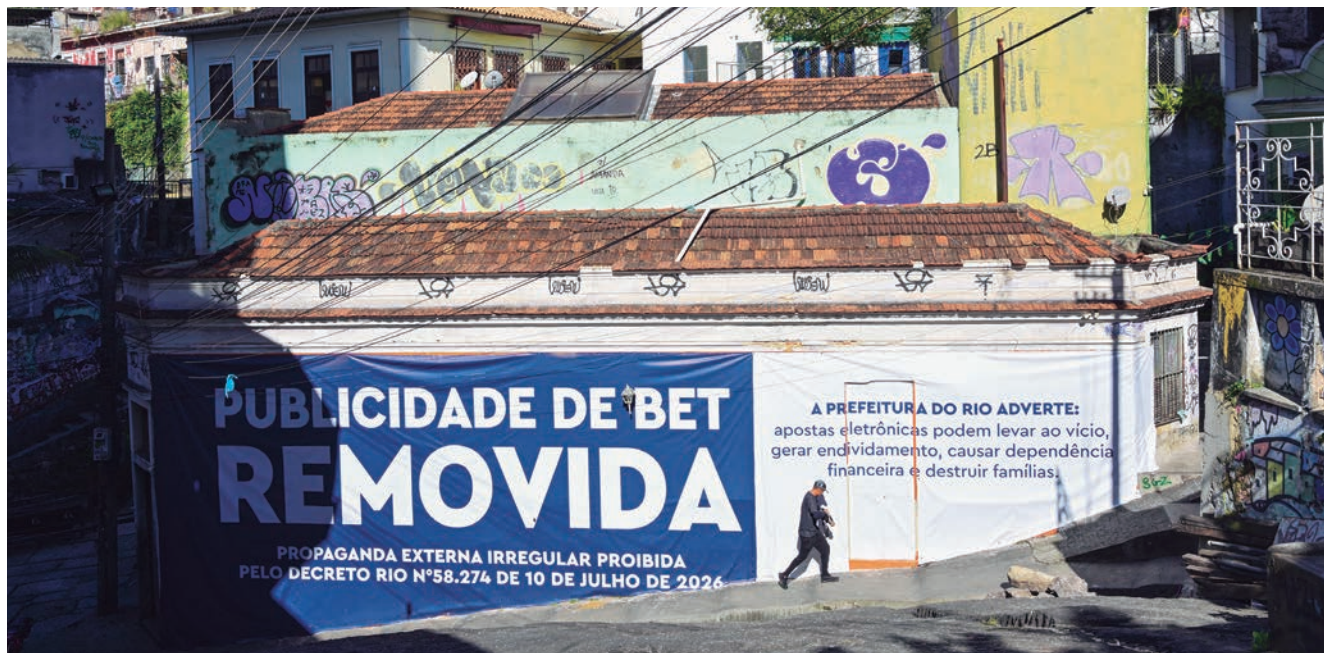
O Rio Grande do Sul e três capitais proíbem anúncios de apostas em locais públicos e eventos patrocinados pelo Estado

ção do Projeto de Lei 560/25 pela Câmara Municipal. Coautora da proposta, a vereadora Renata Falzoni, do PSB, alerta que o excesso de propaganda vem normalizando as apostas, como se fossem apenas um “inocente entretenimento”, quando, na verdade, já se tornaram “um problema crescente de saúde pública”. “É inadmissível ver estádios e equipamentos públicos usados para promover esse tipo de atividade. Precisamos estabelecer limites.”

A deputada federal Dandara Tonantzin (PT) é autora de três projetos de lei para regulamentar o mercado das *bets*. As propostas preveem a proibição de toda forma de publicidade, inclusive a sordida prática de contratar influenciadores digitais remunerados com comissões proporcionais às perdas financeiras de seus seguidores, a chamada “cláusula da desgraça”. Além disso, a parlamentar pretende obrigar as empresas a monitorar padrões de risco entre os apostadores e a notificar a Secretaria de Prêmios e Apostas.

Nos últimos anos, muitas prefeituras passaram a firmar contratos com empresas de apostas para eventos, até para compensar o déficit fiscal. O que parecia uma solução transformou-se, porém, em uma armadilha, alerta Tonantzin. “Não vejo com bons olhos essa ampla presença das *bets* no patrocínio de festas públicas, como os carnavais de São Paulo, Olinda e Recife. Isso associa o prestígio da nossa cultura popular a esses cassinos *online*, apresentando as *bets* como algo positivo e reforçando a falsa percepção de que representam um caminho para o sucesso.”

Outras quatro capitais estão com propostas em fase avançada nas câmaras municipais para regulamentar as propagandas: João Pessoa, Teresina, Goiânia e Recife. A vereadora recifense Jô Cavalcanti, do PSOL, propôs proibir os anúncios no entorno de escolas públicas e privadas. Para ela, os efeitos danosos das apos-



tas atingem principalmente os jovens e, por isso, amparou sua lei nas diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente. “Os elementos visuais apelativos desses jogos estão espalhados por toda a cidade, em painéis de *LED*, *outdoors*, pontos de ônibus, isso desperta muito mais a curiosidade e o interesse dos jovens que ainda estão em formação.”

A ludopatia, nome dado ao vício em apostas e jogos de azar, atinge atualmente 4,4% da população brasileira, segundo o Ministério da Saúde. Nos últimos cinco anos, a procura por atendimento em saúde mental relacionado ao problema cresceu 140%. As consequências desse transtorno custam mais de 38,8 bilhões de reais por ano aos cofres públicos, estima o Instituto de Estudos para Políticas de Saúde.

O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSD), foi o primeiro a proibir a publicidade de *bets* em âmbito estadual. “O movimento de estados e municípios nessa direção reflete justamente a falta de coordenação em nível federativo. Mas, para além das iniciativas locais, a União não poderá deixar de enfrentar esse tema nacionalmente”, afirma o tucano. As empresas do setor reagiram de imedia-

to: a lei gaúcha é alvo de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) proposta pela Associação Nacional de Jogos e Loterias no Supremo Tribunal Federal.

Outra organização que representa o setor, o Instituto Brasileiro de Jogo Responsável, também se manifesta contra as sanções de estados e municípios. Em nota, a entidade afirma que “as empresas autorizadas ingressaram nesse mercado após um processo rigoroso de licenciamento, realizado com base em regras claras e investimentos relevantes para atender às exigências legais e regulatórias”. Segundo o IBJR, eventuais restrições à publicidade devem ser discutidas no âmbito federal, “preservando a segurança jurídica e a previsibilidade regulatória das empresas”.

Na mesma linha da iniciativa gaúcha, tramita no Paraná um projeto de lei apresentado há poucos dias pela deputada estadual Ana Júlia Ribeiro (PT). Para a parlamentar, a alegação de inconstitucionalidade levantada pelas empresas não se sustenta. “Nós não estamos legislando sobre espaço privado, que daí sim seria a competência da União. A legislação atinge o espaço público dentro do estado do Paraná.”

Rio de Janeiro. O prefeito Eduardo Cavaliere mandou cobrir os cartazes publicitários espalhados pela cidade

Na Câmara, a deputada federal Sâmia Bomfim (PSOL) apresentou um projeto de lei para proibir toda forma de publicidade de jogos *online* e exigir anúncios informativos sobre seus riscos. “Estamos falando de um mercado que provoca superendividamento, adoecimento e atinge principalmente jovens e pessoas em situação de vulnerabilidade. Quando uma atividade gera impactos dessa dimensão, o interesse público precisa prevalecer sobre o interesse comercial. Foi por isso que propusemos equiparar a publicidade das *bets* às restrições já aplicadas ao tabaco”, explica.

Em uma posição ainda mais restritiva, o deputado federal Pedro Uczai, líder da bancada do PT na Casa, defende a proibição total dos jogos *online*. Para ele, regulamentar a publicidade é um primeiro passo importante, mas insuficiente diante da gravidade do problema. “Esse cassino dentro de casa precisa ser proibido. Eticamente e politicamente, não se sustenta a defesa da manutenção das *bets* no Brasil.” •

O que diria Jesus Cristo?

CIÊNCIA Extremistas religiosos ofendem e perseguem um professor universitário por causa do subtítulo de uma tese

POR ROBERTO TEIXEIRA

Depois de cumprir as etapas acadêmicas e administrativas, o professor e doutor em Estudos Literários Vitor Cei assinou, na tarde da segunda-feira 7, o termo de outorga da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo, última etapa formal do processo para realizar o estágio técnico-científico na Universidade NOVA de Lisboa, em Portugal, com o estudo intitulado “O trabalho surdo da destruição: pessimismo cristão e niilismo nos primeiros romances de Machado de Assis à luz do cristofascismo bolsonarista”.

Antes de cumprir os trâmites previstos em lei, o projeto acabou, no entanto, no centro de uma controvérsia. A pesquisa, que analisará os primeiros romances do maior escritor brasileiro à luz da manipulação religiosa atual, tornou-se alvo de críticas de parlamentares bolsonaristas, ataques nas redes sociais e críticas ao uso de recursos públicos. A repercussão do projeto extrapolou o título da pesquisa e levou ao centro da discussão a autonomia universitária, a liberdade de pesquisa e os limites da atuação política sobre estudos científicos aprovados por critérios técnicos. Para Cei, a reação começou, porém, antes de o conteúdo do

trabalho ser conhecido. Segundo ele, a maioria das críticas concentrou-se no título do projeto, ignorando o percurso acadêmico que antecedeu a aprovação. O estudo investiga como conceitos da filosofia e da crítica literária podem contribuir para compreender fenômenos políticos e religiosos contemporâneos. O objeto são os quatro primeiros romances de Machado de Assis: *Ressurreição*, *A Mão e a Luva*, *Helena* e *Iaiá Garcia*.

Embora tenha ganhado repercussão, o conceito de “cristofascismo” integra o debate acadêmico desde os anos 1970. Criado pela teóloga alemã Dorothee Sölle, o termo é utilizado por pesquisadores para analisar relações entre religião e autoritarismo. Em entrevista ao Instituto Humanitas Unisinos, o teólogo

A expressão “cristofascismo bolsonarista” levou um deputado federal a propor uma apuração do caso

go Fábio Py afirma que o uso do conceito visa entender a aproximação entre setores do cristianismo e movimentos políticos de extrema-direita no Brasil. A hipótese é que o fenômeno político-religioso denominado “cristofascismo bolsonarista” possa ser compreendido à luz do pessimismo cristão e da descristianização, entendida como a perda da centralidade do cristianismo como referência ética e cultural na sociedade moderna.

Com o intuito de dirimir a polémica, o pesquisador pretende substituir a expressão por “cristétricofascismo bolsonarista”. “Considerando que Jesus Cristo não deveria ter relação alguma com o ódio fascista, substituirei pelo conceito que elaborei a partir do neologismo ‘cristétrico’, de Waldo Motta. Assim, separo o joio do trigo: cristãos verdadeiros não são fascistas sombrios”, diz Cei. O projeto, acrescenta, dá continuidade a uma linha de pesquisa iniciada há mais de dez anos. Em 2015, ele defendeu, na Universidade Federal de Minas Gerais, a tese que originou o livro *A Voluptuosidade do Nada: Niilismo e Galhofa em Machado de Assis*. Mais recentemente, publicou *Metafísica de Carrasco*.

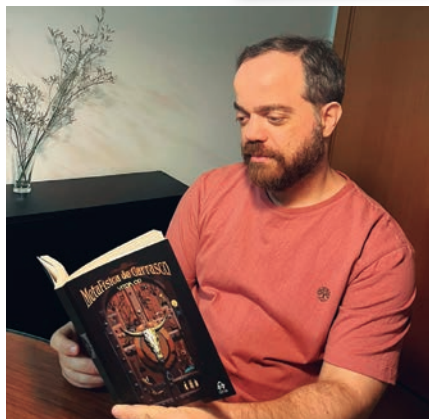
O estágio em Portugal, afirma, não foi concedido de forma automática. A proposta foi aprovada em edital público da Fapes, que selecionou pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento com base em critérios técnicos. E também foi aceita pela Universidade NOVA após cerca de dois meses de análise, período no qual foram avaliados o currículo do pesquisador, a consistência da proposta e a viabilidade acadêmica. Cei rejeita as acusações de uso ideológico de recursos públicos. “Estou sendo acusado de fazer doutrinação. Nada mais longe da verdade. Tenho colegas e alunos de diferentes orientações políticas e religiosas. Na aprovação de um projeto, os critérios são apenas técnicos.”

Entre os críticos está o deputado fede-



Ameaças.

Vitor Cei (abaixo) mudou a rotina em nome da segurança. “Estou sendo acusado de fazer doutrinação. Nada mais longe da verdade”



ral Evair de Melo, vice-líder da oposição ao governo. Para ele, o problema é o uso de dinheiro do contribuinte para financiar estudos que partem de uma conclusão ideológica pronta. “Universidade pública deve produzir conhecimento com rigor, pluralidade e relevância para a sociedade. Quando há dúvida sobre isso, é dever do Parlamento fiscalizar.”

Não se trata de impedir a pesquisa, afirma o deputado, mas de fiscalizar o uso dos recursos públicos: “Vou utilizar os instrumentos que a Câmara dos Deputados oferece para cobrar transparência e esclarecimentos. Autonomia

universitária não significa ausência de controle. Toda instituição pública deve prestar contas à sociedade, especialmente quando utiliza dinheiro do cidadão.”

O professor foi atendido pela assessoria jurídica da Associação de Docentes da Ufes e recebeu orientação sobre as medidas cabíveis, entre elas a preservação de provas e o registro de Boletim de Ocorrência em razão das ameaças, que configuram crime, e das ofensas recebidas. A situação levou o docente a rever a rotina por questões de segurança. Para a Adufes, o caso integra um cenário de crescente pressão so-

bre universidades públicas e pesquisadores, especialmente nas ciências humanas.

A Ufes informou que o caso seguiu os trâmites previstos para qualquer docente da instituição, com aprovação nas instâncias colegiadas e encaminhamento à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas. A universidade ressaltou que a licença para capacitação é um direito previsto em lei. Destacou ainda que a autonomia universitária, a liberdade de pesquisa e a liberdade de expressão são princípios assegurados pela Constituição e pilares do funcionamento das universidades públicas.

O estágio está mantido. Cei prepara as malas para embarcar para Portugal, onde terá 90 dias para desenvolver a pesquisa. A repercussão do caso, acredita, ultrapassa sua trajetória pessoal. “Não sou o primeiro nem serei o último professor a sofrer perseguição de grupos autoritários.”

O caso recoloca em debate um princípio da atividade científica: pesquisas podem ser criticadas e contestadas, mas sua avaliação deve ocorrer com base em critérios acadêmicos e institucionais, sem que pesquisadores sejam alvo de intimidação ou ameaças em razão do objeto de seus estudos. •

Opção pela morte

SAÚDE Enquanto as guerras consomem trilhões de dólares, faltam recursos para comprar antirretrovirais e contraceptivos nas nações em desenvolvimento

POR ALESSANDRA NILO E MICAH GRZYWNOWICZ*

Ao sediar a 26ª Conferência Internacional Aids 2026, no Rio de Janeiro, o Brasil recebe milhares de ativistas, cientistas e formuladores de políticas públicas em torno de uma pergunta que ecoa nas Nações Unidas: onde está o dinheiro para garantir direitos? A questão expressa a realidade de milhões de habitantes que dependem dos sistemas de saúde para acessar prevenção, testagem, tratamento contínuo e serviços de saúde sexual e reprodutiva. Embora a ciência tenha desenvolvido tecnologias capazes de reduzir drasticamente a transmissão do HIV, o acesso continua limitado. O principal obstáculo não é a falta de conhecimento, mas escolhas fiscais e geopolíticas que definem prioridades. Falta responsabilidade de quem controla os recursos para mudar esse cenário.

Os números evidenciam essa contradição. O mundo nunca produziu tanta riqueza, mas os recursos destinados à Assistência Oficial ao Desenvolvimento, mecanismo criado pela OCDE para mensurar a ajuda externa aos países de menor renda, estão em queda, sobretudo nos programas voltados à promoção da saúde sexual e reprodutiva. Governos do Norte Global alegam restrições

orçamentárias, mas as despesas militares crescem há mais de uma década e atingiram o recorde de 2,7 trilhões de dólares em 2024, segundo o Stockholm International Peace Research Institute. Neste mesmo ano, nações de baixa e média renda enfrentaram um déficit de 3,2 bilhões de dólares na resposta ao HIV, de acordo com estimativa da Unaid, agência das Nações Unidas dedicada ao combate à doença.

Ou seja, uma fração do que se destina diariamente à guerra seria suficiente para garantir, durante anos, estoques de antirretrovirais e métodos contraceptivos a países inteiros da África Subsaariana, da América Latina e do Oriente Médio. Trata-se de uma escolha moral: investem-se

Uma ínfima fração dos gastos militares globais cobriria o déficit de 3,2 bilhões de dólares na resposta ao HIV em países de baixa e média renda



quantias astronômicas na destruição enquanto faltam recursos para salvar vidas. Essa desigualdade afeta principalmente segmentos historicamente marginalizados, como mulheres jovens, trabalhadoras sexuais, pessoas *trans*, usuários de drogas e moradores de comunidades periféricas. Essas populações seguem vulneráveis ao avanço de doenças que hoje podem ser prevenidas e tratadas.

Diante da retração do financiamento global, a Federação Internacional de Planejamento Familiar (IPPF) participa da Conferência com uma delegação de mais de 150 representantes e apresenta o relatório *Sustaining SRHR in a Changing Financing Landscape* ("Sustentando Direitos e Saúde Sexual e Reprodutiva em um Cenário de Financiamento em Mudança"). O documento mostra que a dependência exclusiva de doações governamentais tradicionais deixou de ser uma



A dependência de doações governamentais deixou de ser uma estratégia viável

estratégia viável. É necessário criar mecanismos financeiros sustentáveis, eficazes e alinhados aos direitos humanos e à descolonização do desenvolvimento.

Entre as alternativas analisadas estão mecanismos como a conversão de dívida em investimentos para a saúde, em que parte da dívida externa é convertida em recursos para programas nacionais de HIV e saúde pública. O documento também menciona as garantias de volume, que reduzem o custo de medicamentos por meio de compras em larga escala; os modelos de financiamento baseados em resultados, como títulos de impacto social; formas inovadoras de tributação destinadas à saúde sexual, reprodutiva e de gênero; e o financiamento coletivo para fortalecer projetos geridos pelas próprias comunidades.

O Brasil, reconhecido por construir um dos programas de enfrentamento ao

HIV mais humanizados e bem-sucedidos do mundo, tem a oportunidade de liderar o debate sobre justiça financeira global durante a Conferência. Não é aceitável que a austeridade fiscal seja usada como justificativa quando estão em jogo a vida e os direitos de populações historicamente vulnerabilizadas. O financiamento da resposta ao HIV não é apenas um tema técnico ou econômico: cada redução de recursos e cada transição financeira mal planejada significam mais infecções, diagnósticos tardios e mortes evitáveis.

Durante o evento, a delegação da IPPF discutirá esses desafios na Pré-Conferência Oficial, no painel *Rethink, Rebuild, Rise – SRHR/HIV Integration and Community Leadership in a New Funding Era* (“Repensar, Reconstruir, Ascender – Integração de Saúde Sexual e Reprodutiva e HIV e Liderança Comunitária

em uma Nova Era de Financiamento”), e na sessão aberta do Global Village *Where is The Money to HIV and AIDS* (“Onde Está o Dinheiro para o HIV e a Aids”).

Depois de mais de quatro décadas de enfrentamento da epidemia, o mundo já sabe como vencer a Aids. O que falta é vontade política para tratar a saúde pública como um investimento essencial para a paz, o desenvolvimento e a dignidade humana. Se há recursos para sustentar guerras, não há justificativa para a falta de recursos destinados à proteção da vida de milhões de habitantes. •

** Alessandra Nilo é jornalista, especialista em Agenda 2030 e diretora de Relações Externas da Federação Internacional de Planejamento Familiar para a Região das Américas e Caribe (IPPF/ACRO). Michal Grzywnowicz é natural da Polônia, mestre em Direitos Humanos pela Universidade Central Europeia e diretor da IPPF para a Europa.*

Muita calma nessa hora

TARIFAÇO Especialistas recomendam ao governo manter a posição firme na negociação e não apelar à reciprocidade

POR ALLAN RAVAGNANI

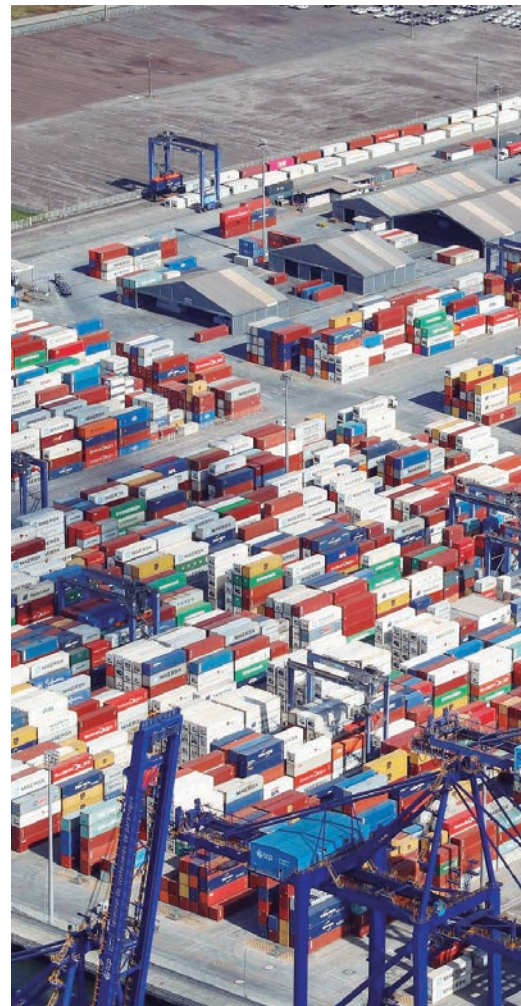
Na madrugada da quinta-feira 16, um comunicado da Presidência da República classificou a decisão dos Estados Unidos de impor tarifas de 25% a diversos produtos brasileiros como “marco lastimável” nos 200 anos de relações entre os países. Teme-se ainda, para breve, uma nova sobretaxa, de 12,5%, aplicada a uma lista de 60 nações na qual o Brasil está incluído, por supostamente estimular o trabalho análogo à escravidão. O instrumento escolhido pela Casa Branca diz muito sobre as intenções de longo prazo do governo Trump. O apelo à Seção 301 do *Trade Act* de 1974 é delegação expressa do Escritório do Representante de Comércio dos Estados Unidos (USTR), condicionada a uma investigação formal com direito ao contraditório, e dificilmente será revertida nos tribunais.

A lista de “acusações” da USTR inclui o Pix, o comércio digital, o etanol, a legislação de combate à corrupção e ao desmatamento e foi redigida com expressões técnicas. O secretário de Estado norte-americano, Marco Rubio, escolheu, no entanto, outras palavras, políticas, ao comentar a adoção do tarifaço nas redes sociais. O “presidente Lula e seu governo não nego-

ciaram com os Estados Unidos de boa-fé”, atacou. Soube-se depois o que Rubio queria dizer: Washington havia exigido um afastamento da China, maior parceiro comercial do País, e a abertura ilimitada às empresas norte-americanas em setores como o químico e o farmacêutico.

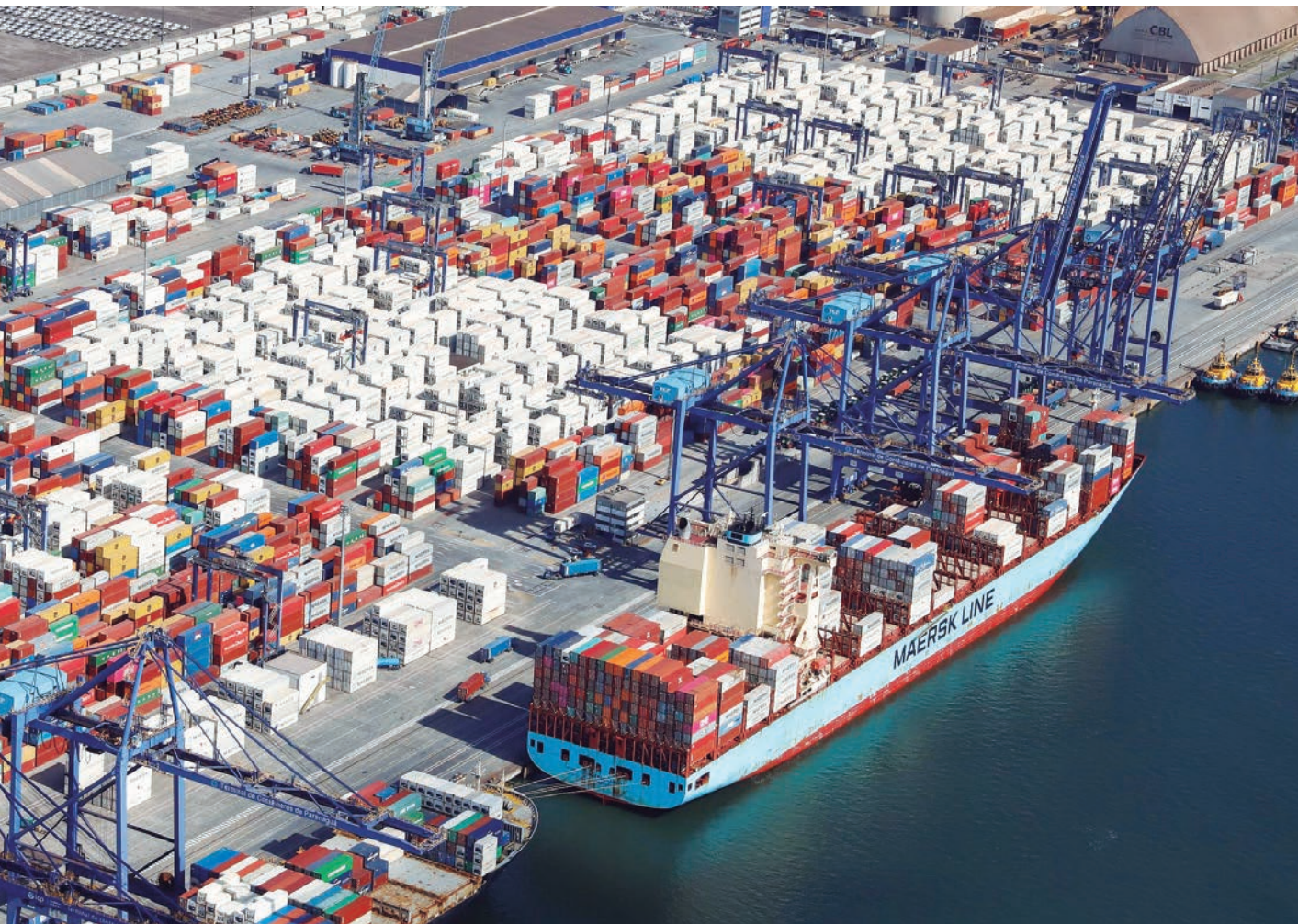
O economista Paul Krugman, Nobel de Economia, deu nome aos bois. Segundo ele, o governo Trump ainda tenta punir o Brasil por ser uma democracia funcional, país que condenou um ex-presidente por tentativa de golpe de Estado, ao contrário da anistia aos invasores do Congresso dos EUA em 2020 assinada pelo próprio republicano. “Economicamente, o alcance das tarifas será limitado”, acrescentou. Carlos Honorato, professor da FIA Business School, chega perto

Responder na mesma moeda teria impacto na inflação e atrasaria o corte de juros



da mesma leitura por outro caminho, ao afirmar que a lista do USTR revela uma agenda estrutural que não desaparece com a próxima eleição norte-americana, a começar pelo Pix, tratado como ameaça à supremacia do dólar. Krugman ironiza ainda a ideia de que o sistema brasileiro representaria concorrência desleal, perguntando por que seria desleal uma empresa perder clientes para um produto melhor e mais barato, e conclui que Washington declarou “guerra ao futuro”.

O caso do Pix merece exame mais detido, por ser o ponto em que a acusação dos EUA se choca com números que qualquer analista pode conferir. A tese é que o sistema teria estabelecido uma concorrência desleal com operadoras norte-america-



nas de cartão, Visa e Mastercard. Os dados dizem o oposto. As transações com cartões de crédito saltaram de 2,2 bilhões em 2020 para mais de 5,8 bilhões em 2025, alta de 125%, e o número de tarjetas ativas cresceu 47,5% no período, chegando a 477 milhões, enquanto o custo médio de cada transação, medido pelo MDR, caiu de 2,36% para 2,15%. Marcos Piellusch, professor da FIA Business School, resume o que esses números provam: concorrência desleal exigiria discriminação explícita ou barreira artificial, e o que o Pix fez foi reduzir o custo de transação para todo o mercado. Gabriel Galípolo, presidente do Banco Central, usa outra imagem, a de que a crítica ao sistema equivale a dizer que o saneamento básico prejudica os cami-



Sem rodeios. Marco Rubio, o secretário de Estado norte-americano, não esconde o caráter de intervenção político-eleitoral das novas sobretaxas impostas ao Brasil

nhões-pipa. Quem perdeu espaço não foram concorrentes privados, foi o dinheiro em espécie e o cheque, e o Itamaraty usou esse argumento em resposta ao USTR.

As empresas exportadoras tentam, porém, se adaptar à nova realidade. Alessandra Brandão, do escritório Marcelo Tostes Advogados, observa que o movimento de revisão contratual começou antes mesmo de qualquer contramedida brasileira, com empresas negociando cláusulas de alterações tarifárias e mudança de mercado

de destino. Pedro Ribeiro, da Câmara de Mediação e Arbitragem Empresarial, reforça que as operações internacionais de longo prazo exigem mecanismos escalonados de resolução de controvérsias, combinando negociação, mediação e arbitragem. E o especialista em recuperação judicial Marcello Marin adverte que o primeiro sinal de estresse nas companhias mais expostas aparece no caixa, com estoques mais altos e pressão sobre o capital de giro, pois as empresas em geral não quebram por falta de patrimônio, mas de liquidez. Na quarta-feira 22, o governo anunciou a ampliação em 18,5 bilhões de reais do pacote de apoio aos setores afetados pelas tarifas impostas por Washington.

Diante desse quadro, fica a pergunta: o que o Brasil deveria fazer a partir de agora? O Congresso aprovou em 2025, na esteira da primeira onda de tarifas, a Lei de Reciprocidade Econômica. A margem jurídica, diz a advogada Giulia Boer, é ampla: tributos, restrições a importações, suspensão de concessões comerciais e até de propriedade intelectual, sempre balizada pela proporcionalidade ao prejuízo causado, embora essa última medida esbarre em compromissos assumidos pelo Brasil no Acordo Trips e em tratados da OMPI, só encontrando respaldo pleno em retaliação cruzada autorizada pela Organização Mundial do Comércio, como no contencioso do algodão contra os próprios Estados Unidos. Na avaliação de Boer, o rito lento não deixa de ser um instrumento de negociação.

Os especialistas convergem em um ponto raro em temas de política externa: acionar a reciprocidade de forma imediata seria o pior movimento possível. Para Honorato, a lei tem a virtude de ter sido aprovada por unanimidade, o que a transforma em política de Estado, mas toda contramedida convida à contra-contramedida, e o Brasil precisa ser firme o bastante para ser levado a sério e frio o bastante para não escalar um conflito ainda assimétrico. Usá-la sem antes esgotar a via diplo-

O governo ampliou em 18,5 bilhões o apoio a exportadores afetados pela medida

mática entregaria a Trump e aos aliados domésticos o discurso que buscam, de um governo que escolhe o confronto em ano eleitoral. O melhor caminho, insistem os especialistas, é priorizar a negociação bilateral, historicamente conduzida por um corpo diplomático competente, mantendo a reciprocidade como carta na manga. Do lado do mercado, um alerta que a discussão política tende a ignorar vem de Bruno Perri, economista-chefe da Forum Investimentos, de que o risco maior não está na tarifa, mas no canal financeiro que ela pode ativar. Câmbio mais depreciado pressiona a inflação, acima do teto da meta, o que pode atrasar o ciclo de cortes de juros do Banco Central. Cada trimestre adicional de juros altos, afirma, custa à atividade econômica mais do que o comércio perdido com os Estados Unidos.

A saída duradoura não se resolve, no entanto, apenas na mesa de negociação.

O Brasil viveu episódio parecido nos anos 1980, quando a mesma Seção 301 mirou a reserva de mercado de informática e, sob o peso da dívida externa, o Brasil cedeu e desmontou uma capacidade industrial que nunca recuperou, enquanto Coreia do Sul e Taiwan, pressionados de forma semelhante, souberam preservar as suas. Honorato lembra que a diferença hoje é que o Brasil tem alternativas de mercado que não tinha então, com a China responsável por parcela crescente das exportações. O acadêmico recomenda cautela antes de comemorar essa transição como projeto deliberado, porque trocar dependência dos Estados Unidos por concentração em um único parceiro asiático, ainda mais em pauta primária de soja, minério e petróleo, equivale a uma simples troca de tutor, longe da autonomia desejada. Honorato sugere diversificar mercados, a exemplo do acordo Mercosul-União Europeia e de parceiros com forte potencial, entre eles Índia, Oriente Médio e África, além de proteger os setores atingidos, fortalecer o Pix e a política de minerais críticos, evitar o desmonte industrial dos anos 1980, e proteger a política comercial do calendário eleitoral, o oposto exato do que Flávio Bolsonaro fez ao transformar a tarifa em munição de campanha antes mesmo de ela entrar em vigor. •



Distorção. Desde o lançamento do Pix, o número de cartões de crédito só cresceu

ADALBERTO VIVIANI

Consultor de marketing e comunicação
especializado em bens de consumo



Negócio psicodélico

► A compra da AtaiBeckley pela Eli Lilly se aproxima dos 3 bilhões de dólares

A Eli Lilly deu um novo passo na disputa pelo mercado de saúde mental ao anunciar a compra da biofarmacêutica AtaiBeckley, especializada em terapias baseadas em substâncias psicodélicas. O valor inicial do negócio é de 2,8 bilhões de dólares, com possibilidade de chegar a 3,8 bilhões de dólares caso metas clínicas e regulatórias sejam atingidas, o que reforça o apetite da gigante norte-americana por esse segmento emergente.

A AtaiBeckley atua como empresa de estágio clínico focada em transtornos de saúde mental de difícil tratamento, como depressão resistente e transtorno de estresse pós-traumático. Seu principal ativo é o BPL-003, *spray* nasal baseado em composto psicodélico sintético, em fase avançada de testes para depressão resistente, além de um portfólio de programas com DMT e MDMA em formulações desenhadas para uso terapêutico, sempre em ambiente clínico supervisionado.

A companhia tornou-se uma das referências na chamada “medicina psicodélica”, que busca posicionar substâncias historicamente associadas ao uso recreativo em protocolos médicos rigorosos, com doses controladas e combinação entre fármacos e acompanhamento psicoterapêutico. O negócio sinaliza que a Eli Lilly pretende integrar terapias psicodélicas ao seu núcleo de neurociência, em linha com o movimento que começa a ocorrer com psilocibina, quetamina e

outros compostos estudados em grandes centros de pesquisa.

Move seminovos

O governo federal ampliou o programa Move Brasil e passou a permitir o financiamento de veículos seminovos, nova frente de crédito subsidiado para motoristas de aplicativo e taxistas. A mudança vale para um grupo específico de usados: apenas carros elétricos ou híbridos flex fabricados a partir de 2024 podem ser enquadrados na nova modalidade. O teto de valor permanece o mesmo adotado para veículos novos, até 150 mil reais por automóvel. No caso dos seminovos, o limite é aplicado sobre o valor aprovado pela instituição financeira, respeitando o máximo definido pelo programa. Ou seja, mesmo que a tabela do veículo seja maior, o financiamento pelo Move Brasil não pode ultrapassar esse teto. Para participar, o motorista precisa se cadastrar na plataforma gov.br/movebrasil, usando sua conta gov.br. Após a análise, que leva até cinco dias úteis, quem tiver o pedido aprovado pode procurar concessionárias e instituições financeiras credenciadas ao programa para contratar o financiamento nas condições especiais de juros e prazo.

Não basta ser pai

A Reserva, marca carioca de moda masculina e com uma estratégia de comunicação centrada em comportamento, deu um novo passo na construção de seu território de marca. Acaba de lançar uma linha dedicada à paternidade. Em parceria com a Safety 1st, a grife passa a oferecer produtos pensados para a rotina dos pais de bebês e crianças pequenas, alinhando funcionalidade de itens de cuidado infantil ao universo estético da moda masculina. Entre

os produtos da linha estão mochila de paternidade, bolsa organizadora, canguru, carrinho de bebê e cadeira multifuncional, todos com acabamento e identidade visual que remetem ao estilo da Reserva e à ideia de que ser pai também é cuidar. A estratégia dialoga com o avanço do debate sobre participação ativa dos homens na criação dos filhos e posiciona a marca em um espaço tradicionalmente ocupado por empresas de maternidade e enxoval.

Baterias em harmonia

As montadoras BYD, Geely e Changan passaram a cooperar em projetos essenciais para a indústria de veículos elétricos. Embora disputem diretamente a opção dos consumidores, essas empresas participam de programas conjuntos de pesquisa e desenvolvimento em baterias, *software* de gerenciamento e plataformas de chassi elétrico inteligente, estruturados como consórcios que reúnem indústria, universidades e institutos de pesquisa. O foco não é criar uma bateria única para todas, mas estabelecer fundamentos tecnológicos comuns: padrões de segurança, recarga ultrarrápida, controle térmico e arquitetura eletrônica. Apesar de sistemas de baterias de alta segurança e longa duração é feita em parceria por fabricantes, fornecedores e centros de engenharia. Cada montadora preserva sua identidade tecnológica mantendo a química de células, design e soluções de embalagem próprias, como as Blade Batteries da BYD. Em paralelo, há iniciativas colaborativas em chassi elétrico inteligente, nas quais BYD, Geely e outras desenvolvem juntas sistemas de freio, estruturas e eletrônica embarcada para plataformas dedicadas a carros elétricos. •

redacao@cartacapital.com.br

Um degrau acima

MOBILIDADE SOCIAL O crescimento do PIB e do emprego melhora a vida de milhões e repercute nas pesquisas eleitorais

POR CARLOS DRUMMOND

Foram 18 meses seguidos de desaprovação do governo Lula superior à aprovação até a quarta-feira 15, quando a pesquisa Quaest apontou uma leve virada, na margem de erro: 48% dos entrevistados tinham uma imagem positiva da administração, contra 47% negativa. O instituto atribuiu os resultados aos efeitos do programa “Desenrola 2”, para renegociação de dívidas, da isenção do Imposto de Renda para quem ganha até 5 mil reais e do avanço das discussões sobre o fim da escala 6x1.

Esses fatores contribuíram para a mudança, mas um fenômeno mais abrangente teve, entretanto, peso determinante na inversão da avaliação por parte do eleitor, a retomada da mobilidade social. Segundo estudo do economista Waldir Quadros, professor aposentado do Instituto de Economia da Unicamp e pesquisador do Cesit, o governo Lula chegou ao fim do terceiro ano com melhora expressiva nesses indicadores. Os dados da PNAD Contínua anual indicam retração das camadas mais pobres e crescimento dos segmentos médios entre 2022 e 2025.

A mobilidade social é definida como a mudança de posição de indivíduos, ou grupos, para cima ou para baixo, na hierarquia de uma sociedade estratificada. Uma sociedade é estratificada, definem os sociólogos, quando se divide em cama-

das ou estratos hierárquicos, nos quais indivíduos e grupos enfrentam desigualdades de acesso a recursos, poder, prestígio e oportunidades.

Todas as camadas foram beneficiadas pela mobilidade social no período, com retração das faixas populares e aumento da classe média. Os miseráveis recuaram de 9% da população para 6%, os pobres da massa trabalhadora de 26% para 23%. Na outra ponta, a média classe média aumentou de 15% para 18% e a alta classe média de 9% para 11,5%. O movimento representa a saída de cerca de 5,7 milhões de brasileiros da miséria e de 6,4 milhões da pobreza, acompanhada da expansão dos estratos médios. A média classe média aumentou em 5,6 milhões e a alta, em 6 milhões, aponta o estudo.

O efeito dessa evolução na condição de vida das famílias beneficiadas em três anos de governo é relevante. Uma família que estava na condição de miserável em

2022 recebia renda média de 599 reais. Quando ascende à massa trabalhadora em 2025, passa a receber 2.351 reais, aumento de 1.752 reais, ou 292%. Para as famílias que saíram da situação de massa trabalhadora para a posição de baixa classe média, a evolução é de 2.229 reais em 2022 para 4.514 reais em 2025, com aumento de 2.285 reais, ou 102,5%. No caso das famílias que subiram da média classe média para a alta, o crescimento da renda foi de 8.532 reais para 24.404 reais, diferença de 15.872 reais, ou 186%.

O estudo mostra ainda que a melhora alcançou segmentos numericamente relevantes da população. Entre mulheres pardas, a proporção de miseráveis caiu de 12% para 8,1%, enquanto a média e a alta classe média cresceram. Entre jovens de 20 a 24 anos, houve redução daqueles que viviam em famílias das camadas populares e aumento da presença nos estratos médios. “A principal causa do aumento da mobilidade ascendente é o crescimento do emprego e o econômico, que é baixo, mas contínuo”, afirma Quadros. “Isso tem efeitos no mercado de trabalho. Queda do desemprego, aumento do emprego e da renda dos ocupados. Isso tudo dá a melhora constatada.”

Os bons resultados não significam, entretanto, um caminho consistente a ser repetido indefinidamente, ou uma fórmula de aplicação permanente. O limite mais claro à continuidade da atual política é o teto baixo para a expansão do emprego e do salário nos serviços, setor predominante na economia, como descreve o professor. “Os empregos crescem, mas a grande maioria é de baixa qualidade. Para melhorar a qualidade do emprego, e da renda dos trabalhadores, é necessário reindustrializar o País. Enquanto isso não ocorre, a situação anda meio de lado. Está melhorando, mas não é uma melhora como se esperava no início do governo ou na campanha.”

O nó da reindustrialização é difícil de

Nos três primeiros anos do mandato, 6,4 milhões de brasileiros saíram da pobreza



desatar. “Não reindustrializa, e não dá para reindustrializar, porque o Congresso e o mercado financeiro impedem. Não é trivial, tem de mudar a política econômica, é preciso afetar os interesses que hoje estão dominando, os do agronegócio e os do setor financeiro.”

A industrialização é difícil, complementa Quadros, porque ela mexe com esses interesses, com o arranjo dominante. No estudo, o pesquisador destaca, ao examinar os impasses do desenvolvimento do ponto de vista histórico, que “o efeito mais danoso do poder econômico e político

co da irmandade agronegócio-mercado financeiro têm sido o de impedir a reindustrialização do País, recolocando a situação vigente antes da Revolução de 1930”.

O movimento de 1930 mudou o eixo político, mas o eixo econômico permaneceu o mesmo. O café continuou prestigiado e Getúlio Vargas favoreceu o produto, porém sem o mesmo poder político. A revolução de 1932, vista como uma contra-revolução por vários historiadores, é uma resposta. “Não queriam só ganhar dinheiro, queriam continuar mandando.”

Em resumo, a situação melhorou, no terceiro governo Lula, mas ainda não está

Passo à frente. Houve avanço em todos os estratos de renda, apurou Waldir Quadros, pesquisador do Cesit

boa, provoca grande frustração das esperanças de melhoras tão urgentes quanto necessárias, resume Quadros. O aumento da renda e a evolução da posição social coexiste com problemas persistentes em saúde, educação, habitação, segurança e transporte público, áreas afetadas pela disputa em torno dos gastos públicos e pela manutenção de juros elevados.

Deve-se ressaltar, segundo o economista, que esta frustração é magnificada pelos maiores órgãos de informação e pela ação da extrema-direita nas redes sociais. Sem dúvida a capacidade de resistência do governo e os recentes sinais de aprovação pela maioria da sociedade têm vários componentes, particularmente em relação ao desgaste dos adversários. “A generalizada ascensão social evidenciada pelos números deve ter dado uma grande contribuição. É só imaginar qual seria a situação caso tivesse prevalecido uma estagnação ou piora.” •

A MOBILIDADE SOCIAL RESSURGE, AS CLASSES MÉDIAS CRESCEM E AS MAIS POBRES DIMINUEM

Estratificação social ajustada (milhões de indivíduos) *

Camadas sociais	2022		2025	
	Número	%	Número	%
Alta classe média	18,5	8,7	24,5	11,5
Média classe média	32,2	15,1	37,8	17,8
Baixa classe média	88,1	41,4	88,6	41,7
Massa trabalhadora	55	25,9	48,6	22,9
Miseráveis	18,9	8,9	13,1	6,2
Total	212,7	100	212,7	100

*Exclui o crescimento vegetativo da população
Fonte: IBGE, PNAD Contínua anual

FAMÍLIAS ASCENDEM E MUDAM DE CLASSE SOCIAL

Renda familiar média (em reais) *

Camadas sociais	2022	2025
Alta classe média	22.755	24.404
Média classe média	8.532	8.871
Baixa classe média	4.270	4.514
Massa trabalhadora	2.229	2.351
Miseráveis	599	616
Total	5.670	6.830

*Valores a preços de outubro de 2025, atualizados pelo INPC
Fonte: IBGE, PNAD Contínua anual

A finança abarrota os plutocratas

RIQUEZA Em todos os episódios históricos de estouro de bolhas, à derrocada deles seguiu-se a reiteração do poder trilionário

POR LUIZ GONZAGA BELLUZZO E MANFRED BACK

Nos idos de 2018, o ex-presidente democrata Barack Obama prestou homenagem a Nelson Mandela na celebração dos 100 anos de seu nascimento. O líder sul-africano nasceu em 1818 e faleceu em 2013. Obama fez um discurso digno dos melhores pronunciamentos de Franklin Delano Roosevelt. Discorreu sobre as transformações ocorridas nos últimos 40 anos na economia e na sociedade globalizadas.

“Praticamente em todos os países”, afirmou, “o poder econômico desproporcional dos que estão por cima lhes outorgou influência desmedida na vida política e na mídia, com capacidade para decidir as políticas prioritárias e os interesses que devem ser menosprezados (...) Nessa nova elite internacional, muitos se consideram progressistas, cosmopolitas e modernos.”

Obama acusou os conservadores de transformar o Estado num instrumento autoritário de enriquecimento e de dominação dos grandes grupos privados. Ele incluiu em seu cardápio de indignações cívicas o papel desempenhado pela mídia na interdição do debate público e na falsificação dos princípios que guiaram os *Founding Fathers* na consti-

tuição da democracia americana. Sobrou cacetada para a monopolização do Legislativo pelos endinheirados e para a espetacularização da política promovida pelos meios de comunicação.

Na convenção do Partido Democrata em 1936, às vésperas da primeira reeleição (ele ainda seria eleito mais duas vezes), Roosevelt pronunciou um discurso que hoje seria considerado populista e demagógico pela direita global.

Ele dizia que a moderna civilização, depois de demolir as velhas dinastias, erigiu outras. “Novos impérios foram construídos a partir do controle das forças materiais. Mediante o novo uso das corporações, dos bancos e da riqueza financeira, da nova maquinaria da indústria e da agricultura, do trabalho e do capital – nada disso sonhado pelos fundadores da

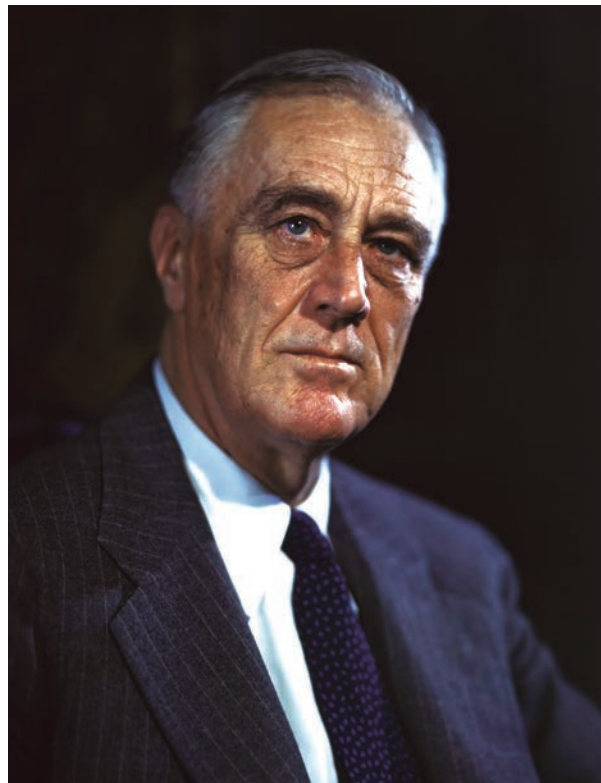
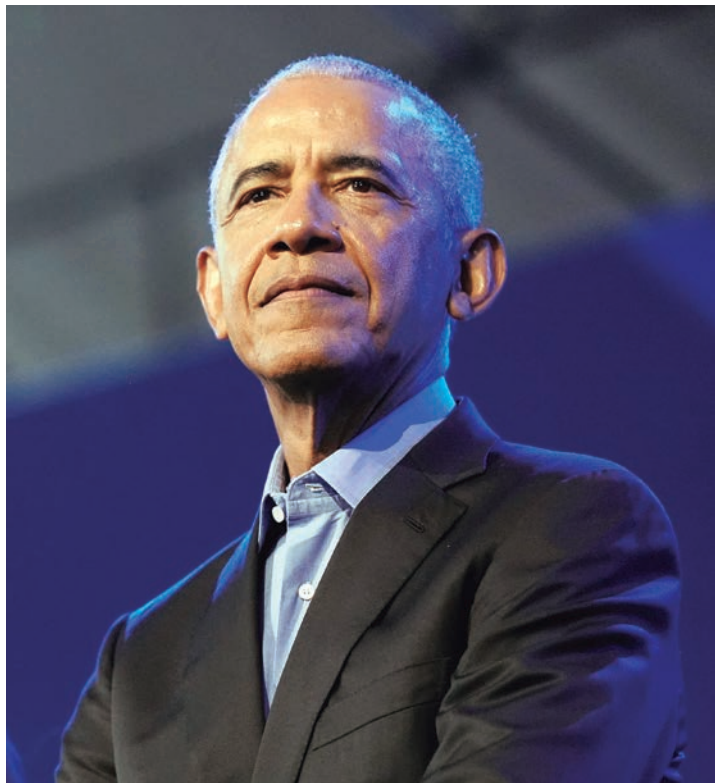
pátria –, a estrutura da vida moderna foi totalmente convertida ao serviço da nova realeza. Não havia lugar nos seios da nova nobreza para abrigar os milhares de pequenos negócios e comerciantes que desejavam fazer um uso sadio do sistema americano de livre iniciativa e busca do lucro.”

Ficou exposta a fratura entre a “classe financeira” de Wall Street, as carências da indústria e os interesses da grande maioria da população, barbaramente maltratada pelo desemprego. No *New Deal*, o poder e o prestígio de Wall Street chegaram ao fundo do poço, como atestam as seguidas manifestações iradas contra a ganância dos banqueiros. Roosevelt atacou os “príncipes privilegiados” das novas dinastias econômicas. “Sedentas de poder, elas se lançaram ao controle do governo.”

Em 1840, um banqueiro de Yorkshire definiu com precisão *fictitious capital*, citado no *Capital Livro III*, de Karl Marx, o maior tratado sobre economia monetária financeira. “É impossível dizer qual parte delas provém de transações efetivas, por exemplo, de compras e vendas efetivas, e qual parte é artificialmente criada e consiste apenas em letras sem lastro, isto é, letras que se descontam para cobrir outra letra antes de seu vencimento e, assim, criar capital fictício por meio da emissão de simples meios de circulação.”

Os plutocratas entenderam a lógica da valorização em si mesma dos ativos, processo hoje alcunhado de “financeirização”. Cumpre registrar que no capitalismo de todos os tempos a finança é a forma “por excelência” da acumulação da riqueza. A Valorização exponencial dos preços dos ativos está amparada na alavancagem financeira. Randal Wray observou: “Como os ricos obtêm a maior parte de sua renda de ativos financeiros em vez de salários, manter a demanda agregada nas plutonomias requer uma valorização contínua dos preços dos ativos. Bolhas do-

No *New Deal*, o poder de Wall Street despencou e a as ruas condenaram a ganância dos banqueiros



místicas atraem investimentos de plutocratas estrangeiros, elevando ainda mais os preços dos ativos das plutonomias”.

A sofisticação e proliferação de infinitas pirâmides da felicidade acalentam os sonhos de riqueza na sociedade de massa, mas, não raro, encontram o pesadelo da desvalorização da riqueza. O grande economista Hyman Minsky cunhou com rara precisão as finanças Ponzi. Um capitalismo governado pela gestão de dinheiro (*Money Manager Capitalism*).

Na plutonomia, ganhar dinheiro não decorre apenas de lucros e salários da chamada “economia real”, mas está ancorada na autovalorização da riqueza financeira. Esse sistema inverte a Lei de Lavoisier, aqui tudo se cria, nada se transforma.

Lembre-mos de episódios “diferentes, mas iguais”. Assim, desde a euforia dos anos 20 que culminou no *crash* da Bolsa de 1929 até as bolhas ponto.com nos anos 2000 e a reprodução do mesmo na crise *subprime* em 2008, onde os

Ápices. Obama acusou os conservadores de submeter o Estado aos grupos privados. Roosevelt atacou os “príncipes” das novas dinastias econômicas

gestores de dinheiro empacotaram títulos hipotecários maquiados como se fossem de primeira e a criação *credit default swap* (CDS), até chegar ao nirvana da Inteligência Artificial.

Em todos esses episódios históricos de estouro de bolhas, à derrocada dos plutocratas seguiu-se a reiteração do poder trilionário e concentrado. Mais do mesmo.

Alerta Randal Wray: os 0,1% mais ricos dos americanos – um grupo de cerca de 135 mil domicílios – possuem ações que totalizam 13,7 trilhões de dólares. Isso é quase o dobro do 7,1 trilhões de dólares pertencentes aos 90% mais pobres dos americanos, um grupo de cerca de 115 milhões de domicílios.

O Bank of International Settlements publicou um estudo sobre os riscos fi-

nanceiros abrigados no avanço da Inteligência Artificial:

“A opacidade do financiamento do setor de IA agrava as vulnerabilidades. *Hyperscalers*, fabricantes de *chips* e laboratórios de IA estão conectados por meio de uma complexa rede de arranjos privados. Mais proeminente é o financiamento circular: fabricantes de *chips* e *hyperscalers* assumem participações acionárias em laboratórios de IA ou provedores de *neocloud*, que por sua vez se comprometem com compras plurianuais de *chips* ou poder computacional. A construção de *data centers* é cada vez mais terceirizada para terceiros que arrendam instalações de volta para hiperescaladores em contratos de longo prazo com cláusulas de saída embutidas. Os termos desses acordos geralmente são pouco divulgados, com o risco de o mesmo ativo ser penhorado várias vezes. Juntos, tais arranjos representam uma fatia considerável do financiamento setorial e da receita futura.”

In God Money We Trust! ●



“Vale a pena lutar”

ENTREVISTA Apesar da perseguição judicial, a brasileira Vanda Pignato, ex-primeira-dama de El Salvador, persiste na militância

A CLARISSA CARVALHAES, DE NOVA YORK

Absolvida após quatro anos de um processo no qual era acusada de lavagem de dinheiro e que atravessou fronteiras e expôs a perigosa mistura de Justiça, política e opinião pública, a ex-primeira-dama de El Salvador Vanda Pignato retoma a vida pública com a mesma convicção que marcou sua trajetória. “A democracia não é apenas um sistema político, mas uma construção permanente”, diz nesta entrevista. Da militância durante a ditadura brasileira à criação da Ciudad Mujer, política pública que colocou as mulheres salvadorenhas no centro da ação do Estado e serviu de referência a iniciativas em outros países, Pignato nunca se desviou da defesa dos direitos humanos e da luta feminista. Nascida em São Paulo, desembarcou em El Salvador em 1988, durante a guerra civil, onde mais tarde conheceu o marido, Maurício Funes, ex-presidente do país, formou uma família e se dedicou a projetos sociais. “Acompanhar de perto o sofrimento e a resistência de um povo que lutava pela paz e pela democracia mudou profundamente minha vida.” A travessia recente impôs, porém, outro tipo de marca. Entre o tratamento de um câncer, a prisão domiciliar e a batalha contra o *lawfare*, a brasileira resistiu bravamente até o reconhecimento de sua inocência pelos tribunais. Apesar da perseguição,

não perdeu a esperança. “Nunca me senti abandonada pelo povo salvadorenho.”

CartaCapital: Em algum momento, diante da perseguição político-judicial, pensou em abandonar a vida pública?

Vanda Pignato: Nunca. Houve momentos de muito medo, muita dor e muita incerteza, mas nunca deixei de acreditar nos valores que orientaram a minha vida. O que mais me perguntei foi até onde um ser humano é capaz de suportar diante de tantos desafios. Ao mesmo tempo em que enfrentava um processo judicial longo e doloroso, vivia uma grave exposição da minha vida pessoal e um tratamento contra o câncer. Foi um período muito duro para mim e para minha família. Meu filho ainda era pequeno, e isso tornou tudo ainda mais doloroso. Mas também recebi solidariedade e nunca me senti abandonada pelo povo salvadorenho. Ao contrário. As mulheres, em especial, permaneceram ao meu lado. Após ser acusada de enriquecimento ilícito e por suposta lavagem de dinheiro, fui investigada em vários países e,

depois de anos, nenhuma prova sustentou as acusações, a Justiça reconheceu minha inocência e fui integralmente absolvida. O que me sustentou foi a certeza de que jamais usei a vida pública para benefício pessoal e o compromisso que sempre tive com os direitos humanos e com as mulheres. Se pudesse voltar no tempo, faria exatamente a mesma coisa. Depois de tudo o que vivi, minha confiança na democracia não diminuiu. Aprendi que a democracia depende de instituições independentes, de uma Justiça que respeite o devido processo legal e de uma imprensa responsável. Minha convicção segue a mesma: a política só faz sentido quando melhora concretamente a vida das pessoas.

CC: Antes de se tornar primeira-dama e secretária de Inclusão Social em El Salvador, a senhora militou no Brasil, em um momento difícil. Como enxerga a continuidade entre essas experiências e o que elas dizem sobre a luta das mulheres na política latino-americana?

VP: Vejo uma continuidade muito clara. Minha formação política começou ainda durante a ditadura no Brasil, quando participei das Comunidades Eclesiais de Base e dos movimentos de defesa dos direitos humanos e de solidariedade aos povos latino-americanos. Ali aprendi que democracia, direitos humanos e justiça social caminham juntos. Pouco depois iniciei minha militância no Partido dos Trabalha-

“Se pudesse voltar no tempo, faria a mesma coisa”



Lawfare. Pignato, ao lado do marido, Maurício Funes, ex-presidente do país. As acusações de lavagem de dinheiro caíram por terra

Nosso Mundo

Misoginia. O golpe contra Dilma Rousseff “evidenciou como a resistência à presença das mulheres no poder continua a ser um enorme desafio”

dores, do qual faço parte desde o início. O PT foi um espaço importante de formação política e reforçou uma convicção que levo comigo até hoje: transformar a realidade exige participação popular, compromisso democrático e capacidade de construir políticas públicas. Naquela época, a luta pela democracia e pelos direitos humanos mobilizava grande parte da esquerda brasileira. A agenda das mulheres ainda não ocupava o espaço que conquistou nas últimas décadas. Foi a minha experiência na vida pública que me mostrou, de forma muito concreta, que não existe democracia plena enquanto as mulheres permanecerem à margem das decisões do Estado. Quando cheguei ao governo em El Salvador, vivi um momento histórico, único, e queria contribuir para que essa mudança produzisse transformações reais. Tomei então uma decisão que marcou toda a minha trajetória, dedicar meu trabalho às mulheres. Elas eram maioria da população, mas permaneciam praticamente invisíveis para as políticas públicas. Acreditava que um país não poderia se considerar democrático enquanto metade da população continuasse fora das prioridades do Estado. Essa convicção deu origem à Ciudad Mujer. Mais do que reunir serviços em um único espaço, o projeto representava uma nova forma de olhar para o papel do Estado. Pela primeira vez, as mulheres deixavam de ser tratadas apenas como beneficiárias de programas sociais e passavam a ser reconhecidas como sujeitos de direitos. Essa experiência também me ensinou outra lição importante: políticas transformadoras não acontecem por acaso. Elas exigem decisão política e mulheres ocupando espaços de poder. Não basta que sejamos destinatárias das políticas públicas. Precisamos participar da sua formulação, decidir prioridades



e influenciar os rumos. Por isso, acredito que a luta das mulheres não é uma pauta específica ou secundária. Ela diz respeito ao próprio modelo de democracia que queremos construir. Uma sociedade que convive com a violência, a desigualdade e a exclusão de metade da população jamais será plenamente democrática.

CC: Diante do avanço da extrema-direita, do enfraquecimento das instituições democráticas e do crescimento da violência política contra as mulheres, como vê o futuro da democracia na América Latina?

VP: Continuo a acreditar profundamente na democracia e na capacidade dos povos latino-americanos de construir sociedades mais justas. Se perdi algumas ilusões ao longo da minha trajetória, nunca perdi a esperança. A vida me ensinou que nenhum direito conquistado é definitivo e que a democracia precisa ser defendida todos os dias. A América Latina atravessa um momento muito difícil. A desigualdade continua marcando a vida de milhões de habitantes, a violência cresce, a desinfor-

mação confunde o debate público e a polarização torna cada vez mais difícil construir consensos em defesa da democracia. Em muitos países, assistimos ao fortalecimento de projetos autoritários. Nós, mulheres, continuamos muito longe da igualdade na ocupação dos espaços de poder e, quando chegamos aos mais altos cargos do Estado, frequentemente enfrentamos formas de violência política e misoginia que ainda são naturalizadas. O golpe contra a presidenta Dilma Rousseff evidenciou como a resistência à presença das mulheres no poder continua a ser um enorme desafio para a democracia latino-americana. Esse cenário exige uma reflexão das próprias forças progressistas. Não acredito que os desafios que enfrentamos possam ser explicados apenas pelo avanço da extrema-direita ou pela desinformação. Precisamos reconhecer que, em alguns momentos, não fomos capazes de dialogar suficientemente com a sociedade. Não basta governar bem, é preciso fortalecer as instituições, formar novas lideranças e criar vínculos permanentes com a sociedade. E continuo acreditando que vale a pena lutar. Acredito que o futuro das forças progressistas dependerá da capacidade de reconstruir a confiança da sociedade, do fortalecimento da democracia e, sobretudo, colocar novamente a dignidade humana, a redução das desigualdades e os direitos das mulheres no centro do projeto político. •

“Se perdi algumas ilusões, nunca perdi a esperança”

JAMIL CHADE

Jornalista, correspondente internacional, escritor e integrante do conselho do Instituto Vladimir Herzog



A vez delas

► A Copa do Mundo feminina em 2027, no Brasil, testará a promessa da Fifa de igualar as premiações entre homens e mulheres

Terminada a Copa do Mundo nos EUA, a Fifa foca as atenções no Mundial Feminino, que será disputado no Brasil em 2027. Apesar da expectativa de que seja o maior torneio do futebol feminino da história, os cartolas da entidade viverão um teste, cumprir a promessa feita ainda em 2023 de equiparar os prêmios das mulheres ao volume de dinheiro dado aos homens.

Ao longo dos últimos anos e depois de décadas de uma negligência escandalosa, a Fifa tem, de fato, incrementado a premiação para as mulheres. Em 2019, distribuiu 30 milhões de dólares às seleções. Em 2023, o valor subiu para 110 milhões, o equivalente a 25% de tudo que foi repassado às seleções masculinas em 2022, durante a Copa no Catar.

Como tudo na Fifa, nem as promessas são tão claras. Segundo Gianni Infantino, a equiparação de receita ocorrerá apenas se as emissoras que transmitam o Mundial aceitarem incrementar o valor que pagam pelos direitos dos jogos. Em alguns mercados, o que emissoras oferecem para comprar os direitos do Mundial Feminino é de dez a cem vezes menor do que estão dispostas a pagar para mostrar os jogos dos homens.

Os levantamentos realizados internamente pela Fifa revelam que, em dezenas de países, a audiência do Mundial Feminino tem se aproximado aos níveis

dos homens, ainda que nos principais mercados a taxa ainda esteja entre 20% e 50% abaixo da média. Mesmo assim, nada justifica que essas emissoras ofereçam valores bem mais modestos pelos jogos das mulheres.

A esperança de muitos dos negociadores na entidade é de que patrocinadores e parceiros do torneio entendam que uma revolução está em curso na sociedade. Um sinal desse terremoto ocorreu quando a seleção masculina dos EUA foi eliminada pela Bélgica, há poucas semanas. Por ter chegado às oitavas de final, a US Soccer ficou com 16 milhões de dólares em premiação da FIFA.

A grande novidade foi, no entanto, a decisão dos dirigentes norte-americanos de dividir a premiação igualmente entre os 26 jogadores e as 26 jogadoras que integrarão o time dos EUA para a Copa do Mundo Feminina de 2027. Esse acordo fazia parte do entendimento que as jogadoras exigiram de seus dirigentes, após quase seis anos de luta pública e ações judiciais da seleção feminina contra a US Soccer por igualdade salarial. Segundo o acordo, a federação retém 20% da premiação de cada Copa do Mundo e os 80% restantes são divididos igualmente entre os jogadores e jogadoras que integram as respectivas convocações para o torneio.

A divisão não acontece por acaso. A seleção feminina dos EUA conquistou quatro Copas do Mundo, incluindo títulos consecutivos em 2015 e 2019. Já a seleção masculina apenas chegou às quartas de final em 2002, há mais de 20 anos.

Para cumprir sua promessa, a Fifa tem vários desafios. Um deles vem de sua própria decisão de ter aumentado o prêmio para os homens, em 2026, de forma radical. No total, 727 milhões de dólares foram distribuídos para as 48 seleções

que estiveram nos EUA, Canadá e México. Mas, com um torneio, que gerou quase 8 bilhões de dólares e com o ciclo de receita de quatro anos da Fifa atingindo 13 bilhões, muitos afirmam que a entidade tem recursos suficientes para aproximar os prêmios de mulheres e homens.

Uma decisão por parte da Fifa de equiparar prêmios teria um impacto profundo no esporte. Na Inglaterra, um relatório publicado em 2023 revelou que a diferença de salário nas respectivas primeiras divisões pode ser de cem vezes. Já um levantamento do sindicato das atletas mostrou que dois terços das jogadoras na Copa de 2023 tiveram de pegar férias não remuneradas de seus empregos para poder competir.

Equiparar prêmios não apenas teria uma repercussão no futebol. Poderia servir de exemplo para a sociedade como um todo. No ritmo atual do avanço dos direitos das mulheres, o Fórum Econômico Mundial estimou que serão necessários 132 anos para garantir uma igualdade plena de gênero.

Por todos esses motivos, o Mundial de 2027 é por si só um evento político. Talvez no sentido mais profundo dessa palavra. O que está em jogo não é apenas quem ficará com o troféu, mas o espaço legítimo, igualdade e dignidade de uma parcela de 50% da população mundial.

Desembarcar no século XXI não é aprimorar o VAR. É garantir às mulheres seu lugar de direito, dentro e fora de campo. E não se trata de uma concessão. Um gesto de insurreição contra um sistema que ainda viola, asfixia e promove o controle político, social e sexual do corpo feminino. Um corpo que desde a infância precisa aprender a driblar pelo simples fato de ser mulher. Em jogo, no Mundial de 2027, está a liberdade. •

redacao@cartacapital.com.br

Fujimorismo de saias

PERU Apoiada pela mídia, pelos donos do dinheiro e pelos EUA, Keiko Fujimori assume a presidência do país

POR MURILO MATIAS

Na terça-feira 28, Keiko Fujimori realizará o sonho de uma vida. Após três fracassos consecutivos, a filha do ditador Alberto, condenado por crimes contra a humanidade, assumirá a presidência de um ainda instável e imprevisível Peru. Preparada desde os 19 anos para recuperar a posição familiar no topo da política do país, Keiko é uma incógnita. O quanto ela irá espelhar o passado e os vícios do pai? O quanto irá se descolar da herança paterna? “O fujimorismo começa com a derrota do escritor Mario Vargas Llosa e constrói uma organização a partir de conexões com o sistema de justiça e o mundo militar, além de promover reformas de mercado a favor do empresariado e desgastar o sistema de partidos na opinião pública. Estamos falando de um grupo que teve poder nos (anos) 90 sob um regime autoritário e, quando se incorpora certa normalidade democrática, mantém a resiliência para preservar numerosas representações parlamentares durante todo esse tempo, até finalmente vencer novamente”, contextualiza o sociólogo Jose Alejandro Godoy, autor de *O Último Ditador*, livro no qual aborda os dez anos de mandato de Alberto.

Eleito pelas vias democráticas, “el chino”, como é chamado, deu um golpe de Estado, reescreveu a Constituição, ainda vigente, e manteve o poder com violência até 2000, quando fugiu da capital, Lima, para onde retornaria mais tarde, condenado por fraude eleitoral, corrupção e violação de direitos humanos. Fujimori morreu em 2024, um ano depois de ter recebido um indulto por causa da precária saúde. Durante a maior parte dessas décadas, a herdeira política apareceu em cena, a começar pela insólita nomeação como primeira-dama, após um escândalo no qual sua mãe, afastada, havia acusado integrantes do gabinete ministerial de desvio de recursos e se disse vítima de torturas cometidas por agentes de Estado. “Há muita especulação sobre a família, mas, segundo meus pais, que são fujimoristas, foi um de nossos melhores

presidentes, pelas obras realizadas. Eles confiam na Keiko para fazer ainda mais”, afirma Luis Paniura, administrador de empresas de 26 anos que mora em Surquillo, bairro de Lima.

A base social, angariada por conta do combate sem limites às guerrilhas, de alguma melhora econômica, apesar dos altos níveis de desigualdade, agregada a uma identidade vinculada à autoridade, e do manejo de programas sociais até hoje lembrados foi fundamental para Keiko Fujimori superar por menos de 50 mil votos Roberto Sánchez, ex-ministro de Pedro Castillo, presidente de esquerda preso por tentativa de golpe. A demora na apuração e o acirramento da disputa deixaram no ar dúvidas sobre a lisura do trabalho da Justiça eleitoral. Por fim, passado um mês do segundo turno, Sánchez, embora relutante, reconheceu a vitória da adversária. “Somos um país diferente hoje. Existe insegurança, mas não mais a violência de conotação subversiva, e os níveis de pobreza diminuíram. Além disso, a oposição será ampla”, afirma Godoy. O contrapeso à agenda oficial tende a se manifestar, no entanto, em dimensão regional, em particular nas áreas no sul peruano, onde se concentram os movimentos campesinos e indígenas. Há também a oposição ideológica, representada por segmentos historicamente antifujimoristas, social, formada por coletivos atingidos por medidas impopulares, e política, advinda de partidos progressistas. “A esquerda deve apoiar pautas para a segurança e prevenção do El Niño e não obstruir. A Força Popular, por sua vez, deve obter consensos para ocupar a presidência da Câmara e do Senado”, diz o deputado José Baella, integrante de outro vetor da extrema-direita nacional, o Renovação Popular.

Embora sem maioria na Câmara e no Senado, Keiko Fujimori, que esteve pre-

Espera-se que o resultado apertado nas urnas contenha o ímpeto autoritário da nova mandatária



Após três fracassos, Keiko chega lá

sa preventivamente, acusada de lavagem de dinheiro e outros delitos, entre 2018 e 2020, parece menos exposta a processos de *impeachment* responsáveis por sucessivas trocas de presidentes nos últimos dez anos ao contar com uma bancada experiente e aliados em diferentes esferas do aparato público, incluindo órgãos fiscalizadores e de inteligência. “Trata-se da presidente com mais poder dos últimos 40 anos, mais que seu próprio pai, inclusive. As instituições estão tomadas por gente nomeada por seu bloco parlamentar, os maiores meios de comunicação estão a seu lado. A diferença é que antes governava na sombra e agora o fará do palácio de governo”, analisa Eloy Marchán, diretor do portal de notícias El Foco, preocupado com uma nova etapa de hegemonia fujimorista. “Já vivemos num regime autoritário desde 2022, quando Dina Boluarte ordenou massacres no sul e houve

um manto de impunidade sustentado pelo pacto mafioso liderado pela agora presidente. O risco agora é esse cenário piorar”, prossegue o jornalista, antes de sublinhar que a nova presidente obteve apenas 17% no primeiro turno, demonstração de fragilidade da democracia representativa, e só venceu devido aos votos de peruanos que vivem no exterior.

Do ponto de vista geopolítico, o momento é favorável à eleita, diante da onda reacionária na América do Sul, à exceção de Brasil e Uruguai. Entre seus pares e aliados estratégicos confirmaram presença na posse os dirigentes de Argentina, Equador, Chile e Paraguai. O Ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, deve representar o Brasil. “Nossa mandatária está atrelada aos interesses dos EUA e sua doutrina de tratar a América Latina como quintal. En-

tretanto, não poderá ignorar que a China é nosso principal parceiro comercial em produtos minerais e agrícolas e investe em empreendimentos estratégicos como o Porto de Chancay. O problema está posto”, provoca o engenheiro Efraín Arana.

Entre disputas internas e externas e o debate sobre o legado familiar, mais uma vez, pelos próximos anos, o fujimorismo permanecerá no centro da política e dos destinos da sociedade peruana. “Keiko poderia se diferenciar de seu pai eliminando benefícios tributários à agroindústria, diversificando a matriz produtiva e evitando o extrativismo, mas tudo indica o caminho contrário, com o aprofundamento do assistencialismo e de projetos minerais, além da venda das empresas estatais ainda existentes e a tentativa de reescrever a história borrando o pouco que se avançou em termos de memória coletiva”, lamenta o professor Dionel Martínez. •

Espiral infinita

IRÃ A guerra se alastra pelo Golfo Pérsico e engole o comércio mundial de petróleo e as pretensões eleitorais de Trump

POR JOÃO PAULO CHARLEAUX

Há pouco menos de um mês, a promessa de Donald Trump era de encerrar a guerra no Irã. Mesmo sem nunca ter atingido os objetivos iniciais declarados, de derrubar o regime e capturar o urânio iraniano, o presidente norte-americano se mostrava não apenas disposto, mas ansioso para dar fim a um conflito que, a cada dia, se tornava mais e mais sem sentido. Confrontado pela dura realidade da queda da popularidade e do aumento do preço da gasolina, provocado pelo estrangulamento de um dos principais pontos de escoamento da produção mundial de petróleo, Trump inventou a história de que seus inimigos tinham aceitado os termos de um memorando de acordo de paz. Com isso, acreditou ter encontrado um atalho para escapar do enrosco violento no qual ele mesmo se metera em 28 de fevereiro. Só que as partes não falaram a mesma língua durante as rodadas de negociação na Suíça e no Paquistão. Resultado: pouco tempo depois, o memorando promovido por Trump virou letra morta e a guerra foi retomada, desta vez com maior amplitude.

Desde a volta do conflito, em 7 de julho, todos os países da região do Golfo Pérsico que abrigam bases dos Estados Unidos foram bombardeados pelo Irã. As ações provocaram a morte de ao menos 17 militares norte-americanos no inter-

valo de apenas 14 dias. As baixas mais recentes ocorreram na Jordânia (que não fica no Golfo), com dois soldados mortos, e no Iraque, com um. A capacidade iraniana de impingir danos aos Estados Unidos não pode ser negada, diante da evidência inquestionável dos caixões enviados de volta para casa cobertos pela bandeira norte-americana.

Até a retomada dessa nova rodada de agressões, o discurso da Casa Branca e do Departamento de Estado norte-americano insistia na tese de que as capacidades

militares iranianas tinham sido severamente afetadas, com a anulação quase completa de sua força naval. O que se vê agora, no entanto, são ações explosivas dirigidas contra navios civis que tentam cruzar o gargalo do Estreito de Ormuz, na costa sudoeste do Irã. Essas ações demonstram que a Guarda Revolucionária, fiel ao regime, não apenas mantém boa parte da capacidade naval, como também tem a disposição e a habilidade de realizar ações que mantenham estrangulada uma das principais passagens internacionais da maior parte do petróleo comercializado pelo Oriente Médio no mundo. Para piorar o cenário, do ponto de vista norte-americano, os rebeldes houthis, do Iêmen, ameaçam disparar contra petroleiros sauditas que tentem passar por um outro ponto nevralgico do comércio mundial de óleo bruto e derivados, o Estreito de Bab al-Mandab, no Mar Vermelho. Se esse duplo bloqueio, em Ormuz e Bab al-Mandab, for concretizado de fato, a Arábia Saudita, segunda produtora mundial de petróleo, ficará ilhada, com a produção estancada, pois as saídas a leste e a oeste



de seu território estarão bloqueadas. Até a penúltima semana de julho, ao menos dois petroleiros deram meia volta em Bab al-Mandab, de acordo com jornais europeus, temendo ataques dos houthis.

A abertura do novo *front*, no Iêmen, mistura elementos locais com interesses internacionais mais amplos, exemplificando como a guerra entre o Irã e os Estados Unidos destampou uma Caixa de Pandora em toda a região. Do ponto de vista doméstico, os houthis buscam há anos derrubar o governo central iemenita, respaldado militarmente pela Arábia Saudita. Em 2007, eles tomaram o controle da capital, Sana, e, desde então, executam ações militares em toda a zona. As ações violentas correspondem tanto a seus próprios interesses quanto à agenda do Irã, de quem recebem armas, munições e informações. Em 13 de julho, os houthis acusaram os sauditas de terem bombardeado o aeroporto de Sana, para evitar o pouso de um avião iraniano. A dinâmica de *proxies* – ou, em linguagem mais simples, dos pequenos paus-mandados de países mais poderosos – marca não apenas a situação no Iêmen, mas a dinâmi-

Após uma trégua frágil, o conflito voltou mais intenso

ca instalada entre Israel e o grupo armado xiita libanês Hezbollah, no sul do Líbano, grupo que, muito embora tenha sua agenda própria, reflete interesses mais amplos do Irã no conflito com Israel.

Esse emaranhado de agendas cruzadas torna cada vez mais difícil levar a cabo um acordo de paz, à medida que o Irã condiciona o fim das ações ao encerramento das hostilidades de Israel contra o sul do Líbano. Trump, nos Estados Unidos, e Benjamin Netanyahu, em Israel, são pressionados por uma agenda eleitoral que avança sem se deter. Ambos precisam de votos, e a guerra pesa para o eleitorado local. Os norte-americanos vão às urnas em novembro para renovar parte do Congresso, onde uma possível nova maioria democra-

ta pode abreviar o segundo mandato do republicano. Já em Israel, as eleições parlamentares são um pouco antes, em outubro. A guerra tem sido fator de amálgama da sociedade israelense em torno de um líder que é ao mesmo tempo longo e contestado, contra o qual pesa até mesmo o risco de prisão por processos internos, ligados à corrupção. Nos EUA, quanto mais a guerra no Oriente Médio se arrasta, maior a chance de os eleitores castigarem Trump, que havia prometido tirar o país de conflitos “distantes e inúteis”.

No Irã, a cena é diferente. Os políticos leigos e civis considerados moderados, como o atual presidente, Masoud Pezeshkian, perderam protagonismo em favor dos clérigos xiitas e dos comandantes da Guarda Revolucionária. Com isso, qualquer perspectiva de transição negociada, de abertura e de troca de urânio por relaxamentos políticos foi deixada de lado em favor de uma abordagem mais coesa e militarizada, capitaneada por uma linha-dura do regime que percebe a aproximação de uma ameaça existencial.

Diante do impasse, os dois lados cantam vantagem. O ministro das Relações Exteriores do Irã, Abbas Araghchi, diz que “a hora certa de negociar é precisamente quando você conseguiu ganhos significativos no campo de batalha”. Do lado contrário, o secretário de Estado norte-americano, Marco Rubio, declara que “é preciso que o comportamento deles (iranianos) mude para que o nosso (norte-americano) possa mudar”. Ninguém parece ter condição de sobrepujar absolutamente o lado oposto neste momento, e a saída negociada depende de uma distensão que, até o fim de julho, não parece existir. •

Escalada. Os Estados Unidos retomaram bombardeios ao Irã, que, por sua vez, ataca alvos norte-americanos em quase todos os países da vizinhança



A raça levada à tela

ENTREVISTA “Metade do País superou as referências colonizadas, e a outra metade está longe de superar”, diz Joel Zito Araújo

A ANA PAULA SOUSA

Vinte e seis anos se passaram desde que Joel Zito Araújo despontou no cinema com um documentário que se tornaria referência no combate ao racismo presente no audiovisual.

A Negação do Brasil – O Papel do Negro na Telenovela Brasileira (2000), baseado em dados que o diretor levantou para o seu doutorado, parte da seguinte constatação: entre as décadas de 1960 e 1990, as novelas da Globo e da Tupi reservaram aos atores negros papéis secundários, nos quais ou serviam aos brancos ou eram vilões.

Desde então, Araújo, de 71 anos, realizou sete longas-metragens e três séries. Seja nas ficções, como *Filhas do Vento* (2004), seja nos documentários, como *Meu Amigo Fela* (2019), sempre deu aos negros o protagonismo. Insere-se nessa linha de continuidade o documentário *Cadernos Negros*, que estreou este mês no Curta!

O filme coloca no mapa da cultura brasileira a antologia que, desde 1978, só publica autores negros. Foram até hoje 45 edições pelas quais passaram poetas, contistas, romancistas e ensaístas. Foi nos *Cadernos Negros* que, por exemplo, Conceição Evaristo publicou pela primeira vez.

O próprio diretor, na década de 1980, vivenciou a cena cultural da qual os *Cadernos Negros* fizeram parte. Mas, embo-

ra muito forte, essa cena, como diz Araújo nesta entrevista a *CartaCapital*, passou longe dos olhos da intelectualidade branca e de esquerda paulistana.

CartaCapital: De *A Negação do Brasil* a *Cadernos Negros* me parece que os negros se tornaram mais presentes – e menos estereotipados – nas telas e que passaram a ser mais publicados e lidos. Qual a sua leitura desse processo que vivemos nesses 26 anos?

Joel Zito Araújo: Acho que vivemos algo

que podemos até comparar com a ascensão da produção negra nos Estados Unidos, cujo *boom* se inicia com o movimento pelos direitos civis. Ao mesmo tempo que permitiram que os negros frequentassem a escola feita originalmente para os brancos, os direitos civis possibilitaram, por exemplo, que os negros passassem a se fazer presentes nas tevês públicas e que surgisse o *Blaxploitation*. Essas coisas juntas, uma fortalecendo a outra, foram gerando uma explosão da presença negra na cultura norte-americana. Acho que o



Cadernos Negros. O novo filme reconta a história da publicação criada em 1978



“Entrando em júris e alterando critérios em editais, **mulheres negras tiraram o domínio do macho branco no cinema**”

que acontece no Brasil é parecido. A Constituição de 1988, impulsionada pelo Movimento Negro Unificado (MNU), criado em 1978, serviu de base para a lei que reconheceu o direito de terra do povo negro quilombola e para a que criou as cotas na universidade. Esses movimentos são do início do século XXI e, com eles, começa a se multiplicar o número de cineastas e autores negros.

CC: Ao mesmo tempo, *Cadernos Negros* mostra que, antes disso tudo, e de os artistas negros se tornarem mais visíveis, havia muita coisa acontecendo.

JZA: Sim, mas era uma cena quase subterrânea em relação aos grandes movimentos culturais do País. Fui convidado para fazer esse filme e, de cara, aceitei porque eu era muito amigo das pessoas que impulsionaram os *Cadernos Negros*. Quando me mudei para São Paulo, em 1984, aquela era uma cena muito evidente para nós, afrodescendentes com espírito de militância, embora meus amigos brancos não soubessem dela. Fazer esse filme era uma forma de revelar esse mundo quase *underground* que antecede a explosão que você relata. A ampliação do meu conhecimento da cultura negra brasileira e mundial se deu a partir dessas pessoas e, em especial, do Arnaldo Xavier, um grande amigo, que me apresentou autores negros norte-americanos, como Richard Wright e Ralph Ellison, africanos, como Léopold Senghor, e o martiniquense Aimé Césaire. A gente se encontrava em um bar perto da Avenida Paulista quase todas as quartas-feiras. Iam lá pessoas

Inventário. Há duas décadas, o cineasta mapeia a presença do negro na cultura



Referência. *A Negação do Brasil* escancarou o racismo presente nas novelas

como Matilde Ribeiro, a primeira ministra da Igualdade Racial, Cida Bento, Sueli Carneiro, Hédio Silva Júnior, primeiro secretário de Justiça negro de São Paulo... O filme mostra uma coisa muito forte que aconteceu na cidade, mas que passou longe dos olhos da intelectualidade branca e de esquerda.

CC: Enquanto na literatura isso acontecia, no cinema era outra coisa. A chegada de realizadores negros ao cinema só seria possível mais tarde, com o barateamento das formas de produção, não (ler texto à pág. 51)?

JZA: Mesmo com a possibilidade de se fazer um filme com o celular, o cinema ainda é uma arte muito mais cara, coletiva e elitista. Sempre haverá a exceção, mas fazer filme ainda envolve mais obstáculos do que escrever um livro. O cinema depende de redes de contato e de avaliação de júris brancos. Mas, hoje, esse cenário mudou, e até provoca discussões dentro do mundo do cinema. As mulheres negras foram mexendo nos critérios dos editais, entrando em júris e, assim, quebrando o domínio do macho branco rico no cinema.

CC: Há um aumento na produção de filmes feitos por negros e por pessoas periféricas, mas essa produção, em sua

maioria, não consegue circular, ser vista. Isso se tornou um ponto de tensão no cinema brasileiro, inclusive.

JZA: Essa discussão é complexa, e acho que ainda não consegui entendê-la por inteiro. Existe uma predominância do cinema norte-americano que se dá não só pelo domínio nas salas de cinema, mas pelo gosto. A parte da população que vai à sala de cinema e paga ingresso, pipoca, refrigerante e estacionamento prefere o produto norte-americano. A maioria da população negra não tem dinheiro para ir ao cinema. O filme brasileiro, para ser visto, precisa ser um filme-evento, como os filmes norte-americanos. Foi o que aconteceu com *Ainda Estou Aqui*, que se tornou um filme necessário, abraçado por parte do público. Se o filme não

“Meus filmes são fracassos nas salas, mas circulam bastante. Não faço questão do público do shopping center”

entrar nessa categoria, pimba, desaparece. Mas, a mim, como cineasta, chateia a predominância do debate sobre o público da sala de cinema, como se o valor de um filme estivesse só na sua capacidade de vender ingressos. Isso gera uma pressão para que os recursos públicos vão para filmes que possam fazer bilheteira. E vai se fazer o quê? Aumentar as salas no shopping ou investir em salas na periferia, em cinemas de universidade, em redes de experiências mais populares e acessíveis, com encontros e conversas?

CC: Como foram as experiências com a distribuição dos seus filmes?

JZA: Muito ruins (*risos*). Como ninguém, nem o (crítico) José Carlos Avelar, que estava na RioFilme, quis distribuir *A Negação do Brasil*, distribuí pessoalmente. Hoje, o filme está em uns quatro *streamings*. Todo ano, ganho dinheiro com ele. *Filhas do Vento* teve cerca de 35 mil pagantes. Foram os dois maiores sucessos. *Meu Amigo Fela* foi vendido para a televisão em alguns países e, nos Estados Unidos, foi exibido de costa a costa em uma rede pública. Apesar de serem fracassos nas salas, meus filmes circulam bastante. Para mim, não tem problema que o público do filme não seja o do shopping center, não faço questão disso. Talvez seja a sala de 50 pessoas. Fico feliz de expandir a compreensão da contribuição cultural negra para o Brasil e quebrar os paradigmas coloniais.

CC: Superamos, como sociedade, o que você mostrava em *A Negação do Brasil*? Nos enxergamos melhor?

JZA: Acho que a metade do País superou, e a outra metade está longe de superar – está, na verdade, bloqueada, porque manter essas referências colonizadas virou um embate político. Mas, entre 50% da população, percebo uma diferença muito grande na questão racial, sim. E me vejo como parte de um grupo que contribuiu para um movimento político que resultou na mudança sobre a qual falamos no início do nosso papo. •

FESTIVAL VISÕES PERIFÉRICAS

Evento criado há 20 anos para promover um cinema incipiente lida hoje com a superprodução

Odado mais eloquente do 19º Festival Visões Periféricas talvez nem sejam os 20 anos desse evento nascido para promover uma produção que começava a ganhar corpo, mas sim a quantidade de filmes inscritos nesta edição: 856. O número, de acordo com os organizadores, superou em 70% o de 2025.

Se, quando o festival nasceu, em 2007, eram as possibilidades trazidas pela tecnologia que respondiam pelo surgimento de uma produção

vinda de lugares onde, por muito tempo, não se fez cinema, o boom de 2026 se deve também a duas leis: a Paulo Gustavo e a Aldir Blanc.

Gestadas durante a pandemia, para socorro do setor cultural, ambas as legislações promoveram o repasse de recursos federais para Estados e Municípios.

As 69 produções exibidas no Festival, realizado entre a quinta-feira 23 e o domingo 26 no Rio de Janeiro e de forma online, vieram de 18 estados, que contem-

plam as cinco regiões do País.

O evento homenageia, este ano, o projeto Vídeo nas Aldeias, muito simbólico desse início de um fazer audiovisual que significava também falar por si. O projeto criado por Vincent Carelli em meados dos anos 1980 plantou a semente do cinema indígena que, hoje, integra o escopo do Visões Periféricas.

O recorte do festival é oficialmente definido como um recorte que engloba “periferias geográficas, sociais e raciais” e que busca dar visibi-

lidade a realizadores indígenas, quilombolas e LGBTQIA+.

No material de divulgação, o pesquisador Wilq Vicente, um dos curadores, indica que, à ampliação do escopo, corresponde também uma ampliação temática.

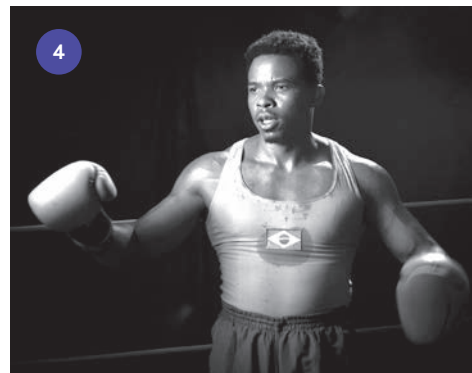
Se, no início dos anos 2000, o cinema periférico trazia, quase sempre, algo de denúncia e marcas fortes do território onde havia sido feito, o que se vê atualmente é, segundo ele, um “crescimento da ficção e mais subjetividade”.

– APS



856 inscritos.

1. *O Mapa em que Estão Meus Pés*; 2. *O Sonho de Clarice*; 3. *Cata*; 4. *Gilson de Souza na Corda-Bamba* são alguns dos 69 títulos selecionados



Até onde vai o direito ao ódio?

IDEIAS Para Jeremy Waldron, a democracia pode conviver com as ofensas individuais, mas jamais com a difamação coletiva

POR FABIO MASCARO QUERIDO

Já faz algum tempo que nos acostumamos com a ideia de que a atmosfera do debate público anda carregada de “discursos de ódio”. No Brasil, em particular, o tema é recorrente nas críticas à extrema-direita bolsonarista, cuja aversão a certos grupos sociais é bem conhecida.

Mais difícil é encontrar análises que vão além do uso corriqueiro do termo, revelando os mecanismos por meio dos quais tais discursos se tornam um obstáculo real ao funcionamento da democracia.

Veio em uma boa hora, portanto, a publicação em português do livro *O Dano do Discurso de Ódio*, de Jeremy Waldron, filósofo neozelandês e atualmente professor de direito na Universidade de Nova York. Lançado pela primeira vez em 2012 – antes, portanto, da ascensão de Trump e companhia, assim como da colonização do debate público pelas redes sociais –, o livro parece, hoje, ainda mais atual.

O primeiro passo da discussão é a definição, em termos filosóficos e jurídicos rigorosos, do que são “discursos de ódio”. E, por isso mesmo, a noção defendida pelo autor é bem mais restrita do que a que se ouve com frequência por aí.

Para Waldron, mais importante do que

as motivações são os efeitos, ou seja, os “danos” causados por determinadas formas de expressão. Não é o “ódio enquanto tal” que deve ser visado pelo direito, mas sim a “ação” constituída por “discursos” publicizados que atentam contra a “dignidade” das “minorias vulneráveis”.

O contexto do debate mobilizado por Waldron são os Estados Unidos – mais especificamente, a Primeira Emenda da Constituição, que, na interpretação liberal predominante, garante liberdade ir-

restrita de expressão. Waldron contrapõe-se a essa leitura, demonstrando que, na verdade, a defesa da regulação dos discursos de ódio é tão legítima quanto a da liberdade de expressão.

Para sustentar o argumento, o autor retoma algumas das controvérsias históricas em torno da Primeira Emenda, contrastando, ao mesmo tempo, a experiência dos EUA com a de outras “democracias avançadas” que instituíram leis para coibir – e, se for o caso, punir – tais discursos. É o caso do Reino Unido, da Nova Zelândia, do Canadá, da Alemanha, da França ou dos países escandinavos.

Como defende Waldron, não se pode avaliar por igual os efeitos dos discursos de ódio. Uma coisa é a liberdade de criticar ou mesmo de “odiar” governos ou Estados. Outra bem diferente é o direito de atacar grupos já socialmente vulneráveis.

Do mesmo modo, uma coisa é a defesa de uma concepção ilimitada da liberdade de expressão por grupos dominantes, cuja dignidade é plenamente reconhecida. Outra é considerá-la a partir do ponto de vista daqueles grupos que são alvos reais da “liberdade” de odiar.

Na visão do autor, uma democracia pode conviver com os mais diversos discursos, inclusive com ofensas individuais, razão pela qual ele alerta para os “perigos da política identitária”, cuja lógica poderia levar a um punitivismo contraproducente. Entretanto, a democracia não pode tolerar a publicidade de discursos de “difamação coletiva”, segundo os quais certos grupos não seriam dignos do “reconhecimento” de seu “status social básico” como iguais na sociedade, quer dizer, “como detentores dos mesmos direitos humanos e constitucionais”.

Ao contrário do que acreditam os constitucionalistas liberais, nem tudo pode ser resolvido, legitimamente, pelo “mercado de ideias”.



O DANO DO DISCURSO DE ÓDIO

Jeremy Waldron. WMF Martins Fontes
(280 págs., 64,90 reais)



Suprema Corte. O contexto do debate mobilizado por Waldron são os Estados Unidos e, mais especificamente, a Primeira Emenda da Constituição do país

Os argumentos do autor são convincentes. Por vezes, no entanto, Waldron demonstra uma confiança excessiva no “trabalho expressivo e disciplinar do direito”. Assim, o arcabouço jurídico acaba sendo tomado como “o” parâmetro à luz do qual ele avalia o que deve ser uma “sociedade bem-ordenada”, nos termos de John Rawls, um dos vários autores com os quais dialoga.

O problema não está na luta pelo reconhecimento dos direitos fundamentais, necessários em qualquer sociedade, mas na sobrevalorização do ordenamento jurídico, visto como aspecto central para a definição do que seria uma “democracia avançada”. Em consequência, o autor pa-



rece subvalorizar as lutas pela igualdade real, para além da forma da lei.

Como se pode observar na recente ascensão global da extrema-direita, não há leis que, por si só, garantam a vigência da democracia. Elas são, sem dúvida, uma proteção fundamental para os setores mais vulneráveis da população. Mas também podem favorecer a ilusão de um

progresso ininterrupto e linear, a ser medido pelo caráter mais ou menos avançado das normas jurídicas de uma determinada sociedade.

Ora, se assim fosse, os desafios que hoje enfrentamos já teriam sido resolvidos há algum tempo. Não foi o caso. Mesmo porque, mais do que apenas um problema de legalidade, trata-se igualmente de uma questão de legitimidade – e, portanto, de soberania – popular.

Ao encarar de frente um tema tão delicado quanto inescapável, Jeremy Waldron dá uma notável contribuição ao debate contemporâneo. Se quisermos fazer frente ao “ódio” dos dominantes, será preciso, entretanto, mais do que proteção jurídica. Será preciso também organizar o “ódio” dos dominados contra um mundo que nega, na prática, a “dignidade” do conjunto dos oprimidos. •

** Fabio M. Querido é professor de sociologia da Unicamp.*

A montanha como testemunha

LIVROS A escritora uruguaia Fernanda Trías usa o tom mítico para narrar o cotidiano incomum de uma mulher que vive isolada

POR PAULA SPERB

Nascida em um país sem montanhas, o Uruguai, onde predominam as planícies dos pampas, a escritora Fernanda Trías escreve sobre a altitude no romance *A Montanha das Fúrias*, vencedor do Prêmio Sor Juana Inés de la Cruz. A autora já havia vencido o mesmo prêmio por *Gosma Rosa* (Moinhos, 2022).

Deixando o relevo plano para viver em Bogotá, na Colômbia – país atravessado pela Cordilheira dos Andes –, Fernanda embarca no gótico andino para narrar a relação simbiótica entre uma solitária vigia e a montanha.

Em meio à névoa, a personagem passa os dias fazendo a manutenção de uma casa mofada, cuidando de uma horta para subsistência e reparando uma cerca junto ao monte. “Tenho bastante trabalho”, ela costuma responder ao zelador que vive mais abaixo, vigiando a estrada. As memórias de sua vida pregressa abrem a possibilidade de compreensão de que ela está ali de favor: uma retribuição da antiga patroa de sua mãe, que foi empregada doméstica.

O livro intercala essas memórias e capítulos que a protagonista escreve em cadernos, em primeira pessoa. Há, ainda, trechos sobre a montanha em tom mítico: “A primeira lembrança é pre-

ta. Não preta como a noite, que contém a iminência do dia, nem preta como o descanso do adormecido, que teme os sonhos, mas um preto compacto, desprovido de dobras e fissuras. (...) É a lembrança mais antiga da montanha. Depois há outras: a montanha lembra de quando era o centro da Terra”.

Não é por acaso que uma das epígrafes selecionadas por Fernanda para o começo do romance tenha sido retirada do *Popol Vuh* (UBU, 2023), livro sagrado



A MONTANHA DAS FÚRIAS

Fernanda Trías. Tradução: Marina Waquil. Instante (280 págs., R\$ 79,90)



da mitologia maia: “Será que sob as árvores e arbustos só deve haver esse zumbido mudo, esse silêncio? Ora, não seria melhor que tivessem guardiões?”. A escolha anuncia que estamos diante de um livro sobre esses guardiões.

A protagonista sem nome convive com poucas pessoas que sobem a montanha: o zelador, Raimondi, e duas missionárias testemunhas de Jeová que tentam convertê-la. É com Raimondi que consegue construir algum vínculo, mesmo que bruto. Eventualmente, ela aceita os convites para assistir à televisão com ele.

O aparelho nem sempre sintoniza. Mas é por meio da programação da tevê que conseguimos obter pistas sobre o tempo em que se passa a narrativa, intencionalmente marcada por certa atemporalidade – algo condizente com o tom mítico.



Uma das pistas é dada pelo filme *A Avalanche* (1978). Se ele estava sendo exibido na televisão naquele momento, é possível supor que a história se localizasse no início dos anos 1980.

Há, porém, outro elemento do enredo – talvez o mais relevante – que colabora para a dedução. Pessoas mortas passam a ser abandonadas na montanha, e seus corpos são encontrados pela protagonista. Com marcas de violência, eles remetem ao contexto das guerrilhas e do narcotráfico daquele período na Colômbia.

O primeiro corpo é enterrado com a ajuda do zelador. Os seguintes, ela enterra sozinha. No caderno, mantém um mapa dos corpos para que não se esqueça de onde estão. Alguns são fotografados com filmes jamais revelados.

Reconhecimento. A autora venceu o Prêmio Sor Juana Inés de la Cruz

Ela encara os enterros como uma obrigação silenciosa que alimenta a montanha. A montanha exerce fascínio sobre a “montanheira”, como é chamada a vigilante, que experimenta uma espécie de delírio.

A montanha como uma testemunha, um ser não-humano, dialoga com a obra da antropóloga peruana Marisol de La Cadena e o seu *Seres-terra* (Bazar do Tempo, 2024), sobre as cosmopolíticas em mundos andinos. “A montanha sabe que é eterna, embora também vá morrer um dia. Quanto tempo levará para voltar a ser plana e árida como o deserto?”, escreve Trías. •

VITRINE

POR ANA PAULA SOUSA



Os bilionários e a maneira pela qual a ficção científica moldou suas ideias a respeito das possíveis formas de se salvar o mundo são a matéria-prima de **Ficção Científica Capitalista** (Ubu, 128 págs., 64,90 reais), ensaio provocador do filósofo argentino Michel Nieva.



São quase todos de origem familiar os mais de 30 estabelecimentos reunidos no **Guia da Culinária Imigrante de São Paulo** (Bela Vista Cultural, 120 págs., 70 reais), que acaba por ser tanto um livreto de serviço quanto um retrato da diversidade gastronômica da cidade.



Em **Incendeie Meu Coração** (DBA, 216 págs., 82,90 reais), Izumi Suzuki, ex-atriz e modelo, nos leva, por meio de textos que remetem a crônicas, ao mundo *underground* de Tóquio e Yokohama nos anos 1970, onde havia “coisas que só quem viveu entende”.

Inventar a vida

LITERATURA MARIO VARGAS LLOSA REVELA AS FORMAS PELAS QUAIS OS GRANDES ROMANCISTAS NOS CONVENCEM DE QUE OS MUNDOS QUE CRIARAM SÃO COMO ELES DIZEM SER

“Este não é um manual para aprender a escrever, coisa que os verdadeiros escritores aprendem sozinhos”, anuncia, na primeira frase de *Cartas a um Jovem Escritor*, Mario Vargas Llosa. Esse conjunto é, mais precisamente, uma “discreta autobiografia”.

Llosa, autor peruano ganhador do Nobel em 2010 e morto em 2025, aos 89 anos, nos mostra, neste pequeno e saboroso livro de 2011 agora reeditado, que, antes de um grande escritor, haverá sempre um grande leitor.

Em seu panteão literário estão Faulkner, Hemingway, Malraux, Dos Passos, Camus e Sartre. Mas muitos outros autores se farão presentes em suas cartas – Flaubert, Borges, Proust, Céline e Cortázar. Cada

um a seu modo, todos eles tinham o que Llosa entende como vocação – algo que, sabemos, vai muito além do talento.

“Talvez o principal atributo da vocação literária seja que quem a tem vive o seu exercício como sua melhor recompensa, mais, muito mais que todas as que poderia obter em consequência de seus frutos”, afirma. “O escritor sente intimamente que escrever é a melhor coisa que já lhe aconteceu e pode acontecer.”

Ele nos diz que, para ser um romancista, é preciso, desde a infância, ter a predisposição para fantasiar e, depois, o “movimento da vontade que Sartre chamava de escolha” e que o próprio Llosa definirá como uma servidão que inclui disciplina e perseverança.



CARTAS A UM JOVEM ESCRITOR

Mario Vargas Llosa. Tradução: Ari Roitman. 176 págs., 59,90 reais

Se vivemos, hoje, um momento no qual parte da literatura se faz a partir da reconstrução de um “eu” explicitado – como aquele da autoficção, que serve, muitas vezes, como uma âncora para o real – o que encantava Llosa era, sobretudo, o fato de um romance ser “puro artifício”.

O ponto alto do livro são suas análises das ferramentas utilizadas pelos romancistas para nos convencer de que o mundo criado é, de fato, como eles contam que é.

Llosa puxa, desse novelo, outros fios: o que é o narrador e que formas ele pode adquirir; o que é o estilo e como as palavras se tornam história; o que são o espaço e o tempo na ficção; e como se instalam as noções de fantástico ou realidade.

O livro termina com um texto de 1997, no qual Llosa trata dos limites da crítica: por ser um exercício da razão, ela nunca conseguirá explicar totalmente a criação, um processo no qual sensibilidade, intuição e acaso se emaranham.

Também por isso, ninguém pode ensinar ninguém a criar. O que se pode, no máximo, é ensinar alguém a escrever e a ler. O resto, aposta ele, “cada qual ensina a si mesmo tropeçando, caindo e se levantando, sem parar”. •

– por Ana Paula Sousa



Conversa. O autor peruano se dirige ao leitor em forma de missivas, e com leveza

LIGIA BAHIA

Médica, professora titular da UFRJ, coordenadora do Grupo de Pesquisa e Documentação sobre Empresariamento da Saúde



Temporada de aumento

► Embora os reajustes dos planos de saúde tenham virado um pesadelo, a disposição para se custear individualmente assistência privada à saúde teria crescido

Reajustes de planos de saúde se tornaram um pesadelo. São sempre superiores à inflação geral da economia. Em 2026, “podem chegar até 20%”, conforme notícias recentes na mídia. Para quem paga, a dúvida é o tamanho do rombo no orçamento.

As séries históricas de aumentos dos valores das contraprestações e reajustes autorizados exibem com nitidez que os planos aumentam acima dos rendimentos de indivíduos e famílias. Na velhice o crescimento das despesas com planos pode impossibilitar o pagamento ou não restar quase nada para gastos, inclusive com alimentação.

Ainda assim, a disposição para custear individualmente assistência privada à saúde teria aumentado. Segundo pesquisa do Instituto Datafolha, 48% em 2022 e atualmente 50% dos brasileiros (56% dos homens e 65% de quem vota em Bolsonaro) preferem pagar menos impostos a contribuir para o financiamento de serviços públicos de saúde.

Interpretações apressadas concluem que tudo vai bem no planeta privado e nem tão mal no público. Mudanças incrementais vão dando conta do recado. A parcela da população com maior poder de vocalização de demandas mani-

festa preferência por manter o *status quo* projetado no acesso diferenciado à saúde.

O SUS de pouco em pouco ficaria um pouquinho melhor, todos os incumbentes que concorrerão às eleições vão declarar avanços, melhorias na saúde pública. Como a pesquisa não discrimina os 28% da população vinculados a planos de saúde privados, a experiência anual do susto e posterior aperto nos gastos fica diluída. Embora seja plausível supor que parte dos que paguem planos também seja desfavorável ao financiamento coletivo da saúde pública.

Ainda que o enfoque de reiterados inquéritos baseados na polarização entre impostos, proteção social e saúde privada seja enviesado é relevante compreender o incremento da adesão às alternativas privatizantes. Inclusive porque uma das consequências imediatas da constatação sobre a opção da população por serviços privados é a autorização para a especulação sobre os reajustes de planos. Está aberta a temporada de pressões sobre a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Entidades empresariais divulgam índices e se atrevem reiteradamente a propor regras que permitam flexibilizar os reajustes até para os planos individuais. São movimentos apoiados na ilusão de um mercado autônomo, ansiosamente desejado por clientes satisfeitos e dispostos a pagar. Contudo, no plano concreto, aumentos de planos de saúde em ano eleitoral caem no colo de quem está no governo.

Empresas de planos enxugaram as redes credenciadas. Autorizações para exames e internações podem demorar e a preocupação com o futuro é objetiva. Viver muito, uma conquista civilizatória, torna-se um problema para as

empresas. Aqueles que mobilizam a agitação das bandeiras contrárias à tributação são os que regateiam e rejeitam responsabilidades pelas garantias assistenciais a idosos, doentes graves e pessoas com deficiências.

O jogo tem sido previsível. Por um lado, o poder empresarial impõe interesses desfavoráveis aos consumidores, por outro Poder Judiciário e determinados órgãos de controle tentam estabelecer limites. Mas, o ritmo dos investimentos privados superior ao do público desloca a perspectiva de obtenção de um suposto equilíbrio perante desigualdades na saúde.

Estão previstas novas unidades de diagnóstico e terapia e hospitais privados em diversas unidades federadas e recursos federais para a construção de dois hospitais públicos na cidade de São Paulo e um em Porto Velho, Rondônia. Portanto, debates sobre saúde no Brasil que desconsiderem as bases materiais e projeções políticas das operações envolvidas com planos de saúde privados, por mais bem intencionados que sejam, terão alto teor reducionista.

Rumos e prumos para o sistema de saúde no Brasil requerem um diagnóstico e discussão competente, realista e aprofundada. Por ora, determinadas fichas jogadas na mesa são promissoras.

É bem-vinda a Lei recém-aprovada que reforça a perspectiva do fortalecimento do Complexo Econômico Industrial da Saúde (CEIS) bem como a possibilidade de cerrar fileiras com o Presidente da ANS, indicado por Lula, e seu compromisso com “descaptação da ANS”. Estamos mais bem-preparados para brigar por reajustes não abusivos. Ao recursarmos o papel de caça, nosso cacife aumenta. •

redacao@cartacapital.com.br



Aldo Fornazieri, Arthur Chioro, Augusto Diniz, Claudio Couto, Daniel Camargos, Drauzio Varella, Elnara Negri, Jamil Chade, João Paulo Charleaux, Jorge Chaloub, Josué Medeiros, Letícia Cesarino, Lígia Bahia, Luiz Gonzaga Belluzzo, Maria Inês Nassif, Maria Rita Kehl, Marjorie Marona, Milton Rondó, Paulo Artaxo, Paulo Gala, Paulo Nogueira Batista Jr., Pedro Serrano, Reginaldo Nasser, Renato Meirelles, Roberto Amaral, Vladimir Safatle têm um recado para você:

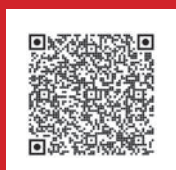
assine CartaCapital

Esse é o time de colunistas de *CartaCapital*. Uma publicação que há mais de 30 anos CartaCapital vem fazendo um jornalismo em que a verdade factual não se curva aos interesses de ninguém. Defende uma economia inclusiva, oportunidades para todos, a cultura e tudo o que importa.

É um caminho difícil, principalmente quando os valores civilizatórios estão em jogo. Quem busca um País mais justo, com oportunidades para todos e acesso à cultura como instrumento de cidadania, tem um lado definido. E tem que estar ao lado de *CartaCapital*.

Leia e assine!

Antes que se livrem de tudo o que importa.



CartaCapital

Tudo que importa para quem se importa

...: Ines249...:...

80 ANOS DE HISTÓRIA

Há 80 anos, transformamos
o legado de Dorina Nowill em
oportunidades para milhares de
pessoas cegas ou com baixa visão.

Seguimos promovendo acesso
à educação, informação,
autonomia e inclusão.

FACHADA EM 1946



FACHADA ATUAL DA FUNDAÇÃO



BIBLIOTECA
INCLUSIVA
REGINA
CALDEIRA



CENTRO DE MEMÓRIA

FAÇA PARTE DESSA HISTÓRIA!



Doe pelo site (QR Code),
pelo PIX: pix@fundacaodorina.org.br
ou via depósito bancário:
Banco Bradesco – Agência 3391 –
Conta 27122-5 / CNPJ: 60.507.100/0001-30



FUNDAÇÃO
DORINA
NOWILL
PARA CEGOS

Canal de Relacionamento com Doadores:
(11) 5087-0999 – opção 4
relacionamento@fundacaodorina.org.br

www.fundacaodorina.org.br